



**EDITAL TOMADA DE PREÇOS nº 004/2020**

**Tipo: MENOR PREÇO**

O Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Matureia, Estado da Paraíba, designado pela Portaria/PMM nº. 001/2020, de 02.01.2020, torna público que impreterivelmente e após o credenciamento dos proponentes, será realizada licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo MENOR PREÇO, REGIME DE EXECUÇÃO indireta, na modalidade de (artigo 6º, inciso VIII, c.c. artigo 10, inciso II, ambos da Lei nº 8.666/93), que obedecerá às disposições da e suas alterações e da Lei Complementar 123/2006, conforme alteração Lei Complementar Nº 147/2014, e Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**1.0. DO OBJETO, O LOCAL, DATA E HORÁRIO DA REUNIÃO.**

1.1. Local: Sala da Comissão Permanente de Licitação, Praça José Alves da Costa, nº 114 – centro, Matureia-PB. Devendo, os representantes comparecerem à sessão com máscaras e luvas. O município irá disponibilizar álcool em gel. A reunião depender do número de concorrentes poderá ser realizada em lugar diferente da sala de reunião da Comissão de licitação, onde as pessoas se posicionaram na distância exigida, tudo a critério da comissão de licitação, conforme legislação vigente.

1.2. *Data Recebimento: 18 de agosto de 2020.*

1.3 . Horário: **08:30.h** (horário local).

1.4. O objeto desta licitação é Contratação de empresa para execução de infraestrutura de pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas do município de Matureia/PB, conforme especificações no edital e seus anexos.

1.4.1. O objeto será executado nas ruas: Rua Cosme Henrique de Souza, Rua Antônio de Pádua Dantas, Rua João Ramalho de Freitas, Rua Felipe Tomaz da Costa, Rua Manoel Caluete da Silva, Rua Assis Bonfim, Rua Josemar Freitas da Costa.

1.5. A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

**2.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

2.1. Somente poderão participar desta licitação fornecedor pessoa jurídica, legalmente estabelecido no País, que atendam às condições e às exigências do presente EDITAL e seus anexos, que exerçam atividades relacionadas com o objeto desta licitação com a apresentação dos documentos exigidos no capítulo da habilitação.

2.2. - E Será vedada a participação de empresas que:

a) – Declaradas inidôneas por ato do Poder Público. Caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97 da lei nº 8.666/93, por força do disposto no parágrafo único do mesmo artigo;



*Construindo uma nova história*

- b) – Sob Processo de falência, concordata ou insolvência civil;
- c) – Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- d) – Estrangeiras que não funcionem no País;
- e) – Cooperativas;
- f) – Que estejam com o Direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal Matureia-PB suspenso nos termos da Lei 8.666/93;”
- g) – Que estejam reunidas em consórcio ou coligação;
- h) Empresas constituídas com o mesmo objeto e da qual participe sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do art. 46, da Lei nº 8443/92, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;
- i) – Empresas que tenham condenações civis por ato de improbidade administrativa.
- j) – As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte terão tratamento diferenciado e preferencial, nos termos da Lei Complementar nº147/2014.

2.3. As empresas participantes deverão apresentar declaração, conforme modelo anexo sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006 e LC N. 147/2014.

2.4. Caso constatada a ocorrência de quaisquer das situações referidas no item anterior, ainda que *a posteriori*, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes sujeitos às penas legais cabíveis, constantes da Lei no 8.666/93.

2.5. Não será permitida a participação de cooperativas, tendo em vista que a natureza do serviço e o modo como é usualmente executado no mercado demandam a existência de vínculo de subordinação jurídica entre os profissionais e a contratada, bem como estão presentes os elementos de personalidade e habitualidade, conforme Súmula TCU nº 281/2012.

2.6. Cada proponente deverá se credenciar, por pessoa, perante a Comissão Permanente de Licitação, apresentando a solicitado a seguir:

a) Na condição de procurador – Documento oficial de identidade e instrumento público ou particular de procuração específica (neste caso com firma reconhecida) que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para praticar todos os atos inerentes ao certame, expedida pela licitante, datilografada ou impressa por meio eletrônico, em papel timbrado e assinatura com firma reconhecida.

a1) deverá ser juntada a cópia autenticada em cartório do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que constem os nomes dos sócios ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários.

a.2. O Licitante que desejar nomear representante para todos os atos, inclusive para a assinatura de contratos e/ou aditivos deverá apresentar Instrumento Procuratório Público.

a.3. O licitante que mandar representante com procuração particular a mesma deve ser emitida nos últimos 06(seis meses), a contar da data do recebimento dos envelopes.



### *Construindo uma nova história*

- b) Na condição de sócio, proprietário ou dirigente da sociedade – Documento Oficial de Identidade e cópia do contrato social registrado no órgão de registro de comércio competente ou documentação na qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da licitante;
- c) Somente poderão manifestar-se em nome da empresa Licitante os representantes legais e/ou aqueles devidamente credenciados, portando CPF, RG.
- d) *Deverá ser apresentado junto ao credenciamento do fornecedor a declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no anexo IV, nos termos da IN nº 02, de 16 de setembro de 2009, do Governo Federal.*
- d.1) *o fornecedor que decidir enviar seus envelopes (HABILITAÇÃO e PROPOSTA) por portador não credenciado, deverá enviar juntamente com os envelopes a declaração solicitada acima letra "d".*
- e) A documentação de credenciamento do representante que se fizer representar legalmente na presente licitação deverá ser entregue fora dos envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", antes do início do recebimento dos mesmos.
- f) Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto à Comissão Permanente de Licitação, na mesma licitação.
- g) A participação na licitação implica na aceitação integral de todas as exigências constantes do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas técnicas aplicáveis.

2.7. Para participar desta licitação os interessados deverão entregar à C P L os envelopes DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS, de acordo com o item 5.0 do edital.

### **3.0. DO CADASTRAMENTO**

3.1. As empresas legalmente constituídas que possuam objeto social ou ramo de atividade (indicados no seu registro comercial, contrato social ou estatuto) pertinente e compatível com o objeto desta licitação que desejem dela participar e que não possuam certificado de registro cadastral – CRC na especialidade pertinente, emitido pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Matureia, devidamente atualizado, deverão protocolar no horário de atendimento de 08h às 12h, junto a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Matureia – PB, até o terceiro dia anterior à data de abertura da Licitação.

### **4.0 – LOCAL DA LICITAÇÃO E AQUISIÇÃO EDITAL**

4.1. O caderno do edital completo poderá ser adquirido através do acesso à página <http://www.matureia.pb.gov.br>.

4.2. Qualquer consulta/pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital, deverá ser dirigida por escrito o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no endereço referido na cláusula 1.1. deste edital ou por email [pmmlicitacao2017@gmail.com](mailto:pmmlicitacao2017@gmail.com) informando o numero da licitação indicada no Edital, até 05 (cinco) dias antes da data da entrega dos envelopes, devidamente protocolado no órgão deste município.

4.2.1. As respostas sobre quaisquer dúvidas ou necessidades de informações ou esclarecimentos de caráter eminentemente técnico serão respondidas pela



*Construindo uma nova história*

Comissão Permanente de Licitações após pronunciamento da área técnica, quando for o caso.

- 4.3.** Obriga-se o licitante a fazer minucioso estudo do Edital e seus Anexos, de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar à Comissão de Licitação as dúvidas, divergências e/ou incorreções que possam existir, para os devidos esclarecimentos.
- 4.4.** Os esclarecimentos prestados serão estendidos a todos os interessados, cujas respostas serão prestadas através do e-mail [pmmlicitacao2017@gmail.com](mailto:pmmlicitacao2017@gmail.com) e terão o aviso resumido publicado no site [www.matureia.pb.gov.br](http://www.matureia.pb.gov.br), e divulgado no Diário Oficial do Estado correspondente a presente **TOMADA DE PREÇOS nº 004/2020**. Face ao exposto, os interessados deverão consultar o referido site, até as 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da realização da Sessão Pública, para verificar a ocorrência de possíveis mensagens pela CPL/Matureia.
- 4.5.** Em qualquer ocasião, antecedendo a data de entrega das propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá, por qualquer motivo, por sua iniciativa ou em consequência de respostas às solicitações de esclarecimentos, modificar os documentos solicitados no edital de licitação mediante a emissão de um aviso de errata, que será publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, em conformidade com a legislação vigente.
- 4.6.** Nos termos do Art. 41, §1º, da Lei 8.666/93, até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa física poderá impugnar os termos do edital e/ou seus anexos, mediante petição devidamente fundamentada, por representante qualificado, e ser dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, podendo ser previamente enviada ao e-mail [pmmlicitacao2017@gmail.com](mailto:pmmlicitacao2017@gmail.com) e devendo os originais ser encaminhados pelos Correios, preferentemente por SEDEX, ou apresentados diretamente no protocolo físico da PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA.
- 4.7.** - A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente (art. 41, § 3º da Lei Federal nº 8666/93).
- 4.8.** Fica assegurado à Prefeitura Municipal Matureia o direito de, no interesse da Administração Pública, adotar os seguintes procedimentos, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- a) Anular ou revogar esta licitação, na forma do disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93;
  - b) Alterar as condições deste instrumento convocatório, reabrindo novo prazo para entrega dos envelopes, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas, procedendo-se à publicação do respectivo aviso no Diário Oficial do Estado; e
  - c) Adiar a data da abertura da licitação.
- 4.9.** - Decairá do direito de impugnar os termos deste **Edital** perante a Administração, a Licitante que não o fizer até o 2º dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, conforme preceitua o artigo 41 e parágrafos da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
- 4.10** - A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente (art. 41, § 3º da Lei Federal nº 8666/93).



*Construindo uma nova história*

**5.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

**5.1.** A definição das obrigações das partes, estão definidas na minuta do contrato, anexo deste edital.

**6.0 - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS**

**6.1. HABILITAÇÃO**

a) Os documentos referentes à HABILITAÇÃO e à PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser entregues, impreterivelmente, no local, dia e hora determinados neste Edital, em 01 (uma) via para habilitação e em 02 (duas) vias para proposta de preços, mediante a apresentação de 02 (dois) envelopes opacos, fechado com cola ou lacre devidamente rubricados, em original, sem emenda e nem rasuras, sem papeis reaproveitados, por qualquer processo de cópia legível e autenticada por cartório competente contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social e do CNPJ da licitante, com os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA - PB  
ENVELOPE HABILITAÇÃO  
NOME DA EMPRESA  
CNPJ Nº:  
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2020  
DATA E HORA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO**

b) A apresentação dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas poderá ser feita por intermédio de REPRESENTANTE, com poderes para deliberar, inclusive renunciar e desistir de interposição de recursos, onde deverão ser apresentados à Comissão Permanente de Licitação em invólucros distintos e separados, todos fechados, com as informações a seguir discriminadas.

b1) A inversão dos documentos no interior dos envelopes, ou seja, a colocação da PROPOSTA DE PREÇOS no ENVELOPE dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ou vice-versa, acarretará a exclusão sumária da licitante no certame.

b2) As manifestações sobre os documentos de habilitação e das propostas somente poderão ser feitas por pessoas credenciadas.

c) Os envelopes poderão ser encaminhados à sala da Comissão de Licitação, por via postal, com comprovação mediante Aviso de Recebimento – AR, ou serem entregues diretamente no endereço da Prefeitura Municipal de Matureia, setor de licitação, a Praça José Alves da Costa, nº 114 – centro, Matureia-PB, caso a licitante opte por não designar um representante legal para participar da sessão pública, desde que entregues antes da abertura da sessão pública.

c.1) Na hipótese de remessa por via postal ou por meio de pessoa indicada pela licitante, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão Permanente de Licitação, com a seguinte identificação:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA – PB  
ENVELOPE HABILITAÇÃO  
NOME DA EMPRESA  
CNPJ Nº:  
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2020  
DATA E HORA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO**



*Construindo uma nova história*

- d). As propostas de preços, deverão ser apresentadas em papel timbrado da licitante, datilografadas em 02 (DUAS) via, numerada sequencialmente, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas na última página e rubricadas em todas as demais, pelo responsável técnico e representante legal da empresa licitante;
- e) A validade das Propostas de Preços deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão de abertura da presente Licitação.
- f). Os envelopes que contiverem dados em desacordo, ou que não contiverem qualquer das informações necessárias, conforme preceitua o item acima, não serão reconhecidos pela Comissão, exceto se o representante legal estiver presente à sessão de abertura do envelope, momento em que poderá efetuar as correções necessárias.

**6.1.1. Habilitação Jurídica**

**6.1.1.1.** As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subseqüentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

**6.1.1.2.** As participantes, em se tratando de Sociedades Civas, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subseqüentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

**6.1.1.3.** As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

**6.1.1.4.** Registro comercial, no caso de empresário individual, acompanhado da última alteração;

**6.1.1.5.** Empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**6.1.1.6.** Cédula de identidade dos sócios;

**6.1.2 – Regularidade Fiscal E Trabalhista**

**6.1.2.1.** - Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito d procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), do domicílio sede da licitante. No caso de filial este documento deverá ser apresentado em nome da Matriz;



*Construindo uma nova história*

- 6.1.2.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (relativa ao ICM<sup>MS</sup>), do domicílio sede da licitante;
- 6.1.2.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada;
- 6.1.2.4.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante certificado expedido pela Caixa Econômica Federal (nos termos do art. 27, alínea "a" da Lei n.º 8036/90);
- 6.1.2.5.** - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.1.2.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *(Incluído dada pela Lei nº 12.440, de 7.7.2011 – DOU de 8.7.2011 - Vigência: 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação desta Lei).*
- 6.1.2.7.** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

**6.1.3 – CAPACIDADE TÉCNICA**

- 6.1.3.1.** – Certidão de regularidade expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região a que estiverem vinculados, em plena validade, comprovando estarem aptos ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente Licitação, conforme art. 59, da Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e art. 30, I, da Lei n.º 8.666/93, da licitante e seus responsáveis técnicos;
- 6.1.3.2. Comprovação da capacitação técnico-profissional**, mediante comprovação de possuir em seu quadro funcional até a data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior **Engenheiro civil** ou outro profissional devidamente reconhecido pelo CREA, mediante apresentação de **Certidão de Acervo Técnico-CAT**, com registro de atestado – atividade concluída ou em andamento, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as **parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação**.
- a) Para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação da CAT citada anteriormente, consideram-se as parcelas de maior relevância e valor significativo da obra como sendo as correspondentes aos itens abaixo, do ANEXO I do Projeto Básico:
- Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.
  - Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3
- 6.1.3.2.1** No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa



*Construindo uma nova história*

privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente.

**6.1.3.2.2** Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa Proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa Proponente.

**6.1.3.2.3.** O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, e para os contratos privados acompanhado de contrato e nota fiscal emitida comprovando a efetiva prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação. E Somente serão aceitos atestados registrados pelo CREA.

**6.1.2.2.4.** No atestado ou declaração de capacidade técnica deverá constar, sob pena de inabilitação, além das exigências citadas, as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, nome ou razão social e CNPJ ou CPF do contratado, com identificação do signatário responsável pela emissão, e com firma reconhecida.

**6.1.3.2.5.** A critério da Comissão de Licitação, ouvida a área técnica, o atestado pode ser objeto de diligências a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, inclusive com solicitação dos respectivos contratos que lhe deram origem, visitas ao local, fotos, etc.

**6.1.3.3.** A comprovação do vínculo dos responsáveis técnicos serão efetuadas mediante apresentação de um dos documentos a seguir indicados:

- 1) No caso de vínculo empregatício: cópia do contrato de trabalho com a empresa, constante na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e Ficha de Registro de Empregado;
- 2) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa e todas as alterações contratuais, se for o caso, devidamente registradas no órgão do Registro do Comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;

Parágrafo Primeiro- Fica estabelecido que para o cumprimento de que trata a o item 6.1.3.1. e 6.1.3.2. Serão aceitos contratos particulares de prestação de serviços feito com profissionais, celebrado de acordo com a legislação civil comum, vez que tal situação não configura o mesmo como sendo do "quadro permanente" da empresa.

Parágrafo Segundo: No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

**6.1.3.4.** Declaração de visita ao município, declarando que visitou o local da obra e que tem conhecimento das dificuldades dos serviços. A declaração deverá, obrigatoriamente, ser assinada pelo(s) Engenheiro(s) Civil (s), responsável técnico





### *Construindo uma nova história*

da Empresa, elaborada em papel timbrado da licitante, sem emenda e nem rasuras destinadas ao município.

**6.1.3.5.** Apresentar indicação das instalações e dos equipamentos/aparelhamentos e do pessoal técnico especializado, adequados e disponíveis, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, mediante apresentação de relação explícita, e declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual conforme estabelece o parágrafo 6º do Art. 30 da Lei nº 8.666/93, elaborada em papel timbrado da licitante, destinadas ao município.

**6.1.3.6.** Demonstração da experiência do engenheiro civil responsável técnico, com declaração autorizando sua inclusão na equipe, devidamente preenchido e assinado para cada um dos profissionais detentores de acervo técnico, conforme modelo anexo VIII ao edital, elaborada em papel timbrado da licitante, destinadas ao município.

**6.1.3.7.** Para o exercício de atividade de construção de obras civis, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

6.1.3.7.1. Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei;

#### **6.1.4. – REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**6.1.4.1.** - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE, Notas Explicativas), do último exercício social (2019) que comprovem sua boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As empresas que ainda não encerraram o seu primeiro exercício social deverão apresentar, para tanto, o balanço de abertura, arquivado na Junta Comercial, obedecidos aos aspectos legais e formais de sua elaboração. O balanço e demonstrações contábeis das sociedades anônimas ou por ações deverão ser apresentadas em publicações no Diário Oficial e o arquivamento do registro no órgão de registro do comércio competente do Estado do domicílio ou sede da licitante. As demais deverão apresentar o balanço e demonstrações contábeis devidamente assinados pelo representante legal da empresa e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, com o devido arquivamento no órgão de registro do comércio competente do Estado do domicílio ou sede da licitante.

a) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou

- publicados em jornal de grande circulação; ou

- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE.



*Construindo uma nova história*

- a.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):  
- por fotocópia autenticada do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE ou em outro órgão equivalente;
- a.3) sociedade criada no exercício em curso:  
- fotocópia autenticada do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE;
- a.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

**6.1.4.2.** Comprovação da boa situação financeira mediante apresentação, *em folha separada do Balanço*, assinada por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e com timbre da empresa licitante, as demonstrações contábeis abaixo indicadas, calculadas a partir do Balanço Patrimonial resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

6.1.4.2.1. O balanço patrimonial e demonstração contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um);

6.1.4.2.2. Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - Sped Fiscal, serão aceitos devidamente autenticados, mediante recibo de entrega emitido pelo Sped, conforme autoriza o art. 78 –A, §1.º e § 2.º do Decreto n.º 1.800/1996, alterado pelo Decreto n.º 8.683/2016.

6.1.4.2.3. Caso o subitem 6.1.4.2. não seja atendido, o licitante estará imediatamente inabilitado, o mesmo acontecendo se as demonstrações contábeis(DRE, Notas Explicativas), não contiverem assinaturas de contador e indicação do número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade.

**6.1.4.3.** Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial,



*Construindo uma nova história*

**6.1.4.4.** A licitante deverá prestar Garantia (caução) de participação na presente licitação no valor de **R\$ 3.588,58 (três mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos)** termos do artigo 31, II da Lei 8.666/93 e suas alterações. A garantia da proposta deverá ser realizada, nas modalidades abaixo, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

- a) Caução em dinheiro\*;
- b) Seguro – Garantia; com validade de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de entrega das propostas
- c) Fiança Bancária; com validade de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de entrega das propostas;
- d) Título da Dívida Pública<sup>1</sup>; *deve estarem reconhecidamente válidos pelo Governo Federal, observando-se os Decretos-leis nº 263, de 28/02/1967 e nº 396, de 30/12/1968*

**6.1.5 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

I-Todas as declarações solicitadas neste edital, dever apresentadas em papel timbrado da licitante, destinadas ao município, com indicação do processo licitatório (número e modalidade) carimbadas e assinadas por pessoa legalmente autorizada a fazê-lo em nome da empresa, que deverão ser apresentadas no Envelope nº 01 - Documentação, claramente se comprometendo a:

- a) Declaração da empresa Licitante de que não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, conforme modelo Anexo V do Edital.
- b) - Declaração da empresa licitante de que cumpre com o disposto no artº. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal de 1988, conforme modelo Anexo VI do Edital.
- c) Declaração de comprovação, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte, de enquadramento em um dos dois regimes, caso tenha se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, sob as penas do artigo 299 do Código Penal na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, conforme Anexo VII, deste edital.
  - c.1.) A declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da licitante.
  - c.2.) a falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e LC 147/2014 poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

<sup>1</sup> Os títulos da Dívida Pública devem atender as exigências legais do inciso I do Art. 56 da Lei 8.666/93 e estarem reconhecidamente válidos pelo Governo Federal, observando-se os Decretos-leis nº 263, de 28/02/1967 e nº 396, de 30/12/1968.



*Construindo uma nova história*

d) Declaração de que estar ciente das condições da licitação, que assume a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação da licitação, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela CPL, conforme Anexo X deste edital.

e) Declaração Que executará as obras de acordo com o projeto de engenharia, as especificações técnicas e as normas da ABNT e demais normas emanadas pela Prefeitura Municipal de **MATUREIA/PB**, que serão tomadas todas as medidas necessárias para assegurar um controle adequado da qualidade da obra, conforme Anexo XI deste edital.

f) Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, conforme Anexo XII, deste edital.

g) Apresentar declaração que em sua contratação irá promover e cumprir a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002 (alterada pela Resolução 448/2012). E, ainda, que irá observar, prevenir e fazer cumprir os artigos 46, 49 e 60 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, conforme Anexo XIII, deste edital.

**6.2. Da Habilitação De Microempresas E Empresas De Pequeno Porte, Nos Termos Da Lei Complementar Nº 123/06.<sup>2</sup> E LC 147/14.**

a) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

b) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (art. 43 da LC 123/2006)

c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

c.1) A prorrogação do prazo prevista no *caput* deste inciso será concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação, ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados.

c.2) Após a intimação referida no *caput* deste inciso, o presidente informará que suspenderá a sessão para aguardar o prazo concedido para regularização da documentação e informará também a data e hora da reabertura da sessão.

<sup>2</sup> Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Redação dada pela Lei Complementar nº 123, de 2006)  
§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal\*, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação alterada pela Lei Complementar nº 147, de 2014.



*Construindo uma nova história*

c.3.) Confirmada a regularidade dos documentos do licitante declarado vencedor, será imediatamente oportunizada a possibilidade de interposição de recurso, encerrada a sessão e extraída a ata correspondente.

d) A não regularização da situação fiscal, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

e) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no citado **item 6.2** será analisada a documentação de habilitação do licitante que originalmente apresentou a menor proposta e, se regular, será declarado vencedor.

**6.3.** - Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou em cópia reprográfica. Entretanto, estarão sujeitas as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada pela Comissão de Licitações, podendo o licitante apresentá-las já conferidas e autenticadas pelos emissores. No caso de expirada as validades no momento da contratação, estas deverão ser reapresentadas.

**6.4** – Os documentos necessários ao, CREDENCIAMENTO, HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, este deverá ser através de Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial, nos termos da Lei Estadual nº 10.132/2013, ou por membro da Comissão Permanente de Licitação da PMM, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, obrigando-se, no entanto, a fornecer os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados pela Comissão.

**6.5.** - Os documentos solicitados, neste **Edital**, deverão estar em plena vigência na data de abertura desta Licitação. No caso de documentos que não tenham a sua validade expressa e ou legal, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão.

a) Não haverá, em hipótese alguma, confrontação de documentos na abertura dos envelopes para autenticação.

b) – A possibilidade de confrontação de documentos na abertura dos envelopes para autenticação ficará a cargo da comissão de licitação.

c) Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos devem estar em nome da **matriz**; ou se a licitante for **filial**, todos os documentos devem estar em nome da **filial**, **exceto** para os quais a **legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da Matriz**;

**6.6.** Na análise da habilitação das licitantes será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:

a) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU (Portal da Transparência do Governo Federal; (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do CNJ – Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));



*Construindo uma nova história*

- 6.6.1.** Após consulta acima, as LICITANTES que possuírem restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, serão inabilitadas;
- 6.6.2.** A verificação em sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 6.6.3.** As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior;
- 6.6.4** Após consulta acima, as LICITANTES que possuírem restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, serão inabilitadas.
- 6.7.** Em ocorrendo a situação que duas ou mais LICITANTES apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.
- 6.8.** - A critério da Comissão Permanente de Licitações poderão ser solicitados documentos complementares, visando à elucidação de dúvidas porventura havidas.
- 6.9.** Quaisquer documentos assinados pelo responsável técnico e/ou representante legal, tanto para fins de habilitação quanto para classificação, deverão ter assinaturas comprovadas por meio de documento de identificação legal, ou seja, cópia da cédula de identidade ou outro documento que comprove autenticidade de sua assinatura.

**7 - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**7.1.** A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope lacrado contendo no anverso os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA - PB**  
**ENVELOPE PROPOSTA**  
**NOME DA EMPRESA**  
**CNPJ Nº**  
**TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2020**  
**DATA E HORA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO**

- 7.2.** A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, em (02) duas vias, de forma clara e detalhada, numeradas sequencialmente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal e pelo(s) seu(s) responsável(eis) técnico(s) da licitante, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, atendendo as seguintes exigências:
- a) Os preços ofertados devem ser expressos em real (R\$), unitários e totais, com duas casas decimais, indicando o valor global da proposta, em algarismo e por extenso, e devem compreender todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente decorra do cumprimento pleno e integral do objeto deste edital e seus anexos, tais como o preço global proposto, incluindo o BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, que deve computar todos os custos necessários para a realização do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer



*Construindo uma nova história*

outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços;

- a1) O BDI deverá estar expresso em percentual e em Reais (R\$).
- a2) As despesas relativas aos tributos IRPJ e CSLL não deverão ser incluídas no BDI como despesas indiretas, uma vez que se referem a tributos incidentes sobre o lucro, não podendo ser classificado como despesa indireta decorrente da execução de um determinado serviço.
- a3) As despesas com a administração local não deverão ser incluídas no BDI como despesas indiretas, devendo ser computadas no custo direto dos serviços.
- b) Em caso de não incidência e/ou isenção de imposto, a licitante deverá indicar o documento legal que determine o benefício.
- c) Todos os preços da PROPOSTA devem ser apresentados como definitivos, não sendo aceitos quaisquer hipóteses que tornem os preços inconclusos, tais como indicação de preços estimados, reembolso de valores não discriminados na PROPOSTA ou menções de descontos ou acréscimos de preços ou quaisquer vantagens em relação à PROPOSTA de outra licitante.
- d) Na elaboração de seu Orçamento Detalhado a LICITANTE deverá utilizar os mesmos quantitativos e itens do Orçamento Estimado do Anexo I.
- e) Os preços apresentados, considerando os descontos, se houver, deverão ser preços finais e não serão considerados alegações e pleitos das licitantes para majoração dos preços unitários e totais. Os descontos, quando houver, deverão estar inclusos nos preços unitários e totais propostos.
- f) Não poderá haver cotação parcial das quantidades contidas nas planilhas de quantitativas de serviços e preços unitários constante do anexo I deste edital.
- g) Apresentar planilha de quantitativos e preços unitários de conformidade com a planilha de quantitativos e preços. O seu conteúdo deverá ser impresso em duas vias, assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico da empresa, de acordo com Lei 5.194/66 e Resolução nº 282 de 24 de agosto de 1983 do CONFEA/CREA;
- h) No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à LICITANTE formular imediata comunicação escrita à Comissão Permanente de Licitação, anteriormente ao dia da sessão, no prazo estabelecido de 24 horas, para fins de esclarecimento ou providências por parte da Comissão.
- i) Informar prazo de validade da proposta, o qual não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos a contar da data de sua apresentação e o prazo de execução da obra de 120 (cento e vinte) dias, a contar da emissão da Ordem de Serviço.
- j) Apresentar composição detalhada de B.D.I. e Encargos Sociais utilizados na elaboração da composição dos preços unitários.



*Construindo uma nova história*

- k) Apresentar Composição de Custo para todos os itens da proposta. As composições de custos unitários apresentadas são instrumentos para a elaboração do orçamento estimativo. Cada licitante deve elaborar suas composições de custos incluindo todos os materiais, equipamentos e mão de obra que entenderem necessários para a conclusão do serviço de acordo com projeto.
- l) Apresentar Cronograma físico – financeiro, compatível com os prazos para conclusão da obra, e não superior a 120 (cento e vinte) dias. O cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, servirá como base também para o acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível das sanções previstas neste Projeto Básico, no Edital de licitação e/ou no Contrato firmado.
- m) Apresentar declaração de que, nos preços propostos, estão incluídas todas as despesas, diretas e indiretas, com materiais, mão-de-obra, equipamentos, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais e trabalhistas, seguros e lucros, bem como quaisquer outros encargos necessários para a execução dos serviços.
- n) Em caso de divergência entre o preço constante da planilha de composição de custos e formação de preços unitários e o constante da planilha orçamentária, prevalecerá o primeiro.
- o) Os custos de administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto do objeto licitado, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.
- p) O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ – e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL – não podem ser repassados à Administração e, por essa razão, não devem ser incluídos na proposta apresentada.
- q) O conteúdo das propostas não poderá ser alterado, salvo com relação às falhas formais, assim consideradas pela Comissão Permanente de Licitação.
- r) Os erros aritméticos serão corrigidos automaticamente pela Comissão Permanente de Licitação, bem como as eventuais divergências entre o preço unitário e o total ofertados para os itens que compõem o objeto licitado, prevalecendo sempre o primeiro.
- s) Visando simplificar as informações junto ao TCE-PB, solicitamos que a proposta de preços apresentada venha acompanhada com o CD no formato excel (.xls).

7.3. A critério da Comissão Permanente de Licitações poderão ser solicitados documentos complementares, visando à elucidação de dúvidas porventura havidas.





7.4. A inversão dos documentos no interior dos envelopes, ou seja, a colocação da **PROPOSTA DE PREÇOS no ENVELOPE dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, ou vice-versa, acarretará a exclusão sumária da licitante no certame.

7.5. Os envelopes apresentados em desacordo com o aqui estabelecido, não serão recebidos pela CPL.

7.6. Todas as folhas da proposta de preços deverão ser assinadas por um titular e um responsável técnico da licitante, conforme Lei Federal n. 5.194 de 24/12/66. O nome, título e registro no CREA do responsável técnico deverão ser indicados de forma clara;

7.7. Somente serão aceitas propostas de preços para a totalidade dos serviços indicados na planilha do Anexo nº I, não sendo admitida exclusão ou alteração de qualquer um deles, sob pena de imediata desclassificação;

## **8.0 - DA ORDEM DOS TRABALHOS E JULGAMENTO**

### **8.1. Da Ordem Dos Trabalhos**

8.1.1. Os proponentes farão entrega dos dois envelopes **DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO** e **PROPOSTA DE PREÇOS**, à CPL, em envelope lacrado.

8.1.2. - A documentação de credenciamento do representante que se fizer representar legalmente na presente licitação deverá ser entregue fora dos envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", antes do início do recebimento dos mesmos.

8.1.3. - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto à Comissão Permanente de Licitação, na mesma licitação.

8.1.4. - Os documentos de credenciamento serão rubricados pela comissão e pelos proponentes presentes, sendo em seguida juntados ao processo de licitação. A não apresentação dos documentos (item 2.6., letra a, b, c) de credenciamento ou a sua incorreção não impedirá a participação da licitante no certame, porém impossibilitará o representante de se manifestar e responder pela empresa, não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos.

8.1.5. A Comissão de Licitação examinará a documentação apresentada que será devidamente rubricada pelos representantes legais das licitantes e membros da Comissão de Licitação que decidirá pela habilitação ou inabilitação das participantes, dando ciência às interessadas na própria sessão ou em outra que será oportunamente convocada.

8.1.6. Na hipótese da Comissão Permanente de Licitações efetuar o julgamento e proferir o resultado na mesma sessão, verificar-se-á se todos os participantes estão presentes e no caso de desistência expressa do prazo recursal, será consignado em ata, quando então, preferencialmente, serão abertos os envelopes contendo as propostas na mesma reunião de abertura do envelope contendo a documentação.



*Construindo uma nova história*

**8.1.7.** – A comissão e os demais licitantes que assim desejarem rubricarem os envelopes das propostas e abrir-se-á o prazo recursal. Caso estejam todos os licitantes presentes, estes serão intimados em ata, caso contrário, mediante publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

**8.1.8** – Caso não tenha sido julgada a habilitação, a Comissão Permanente de Licitações reunir-se-á posteriormente para a avaliação da documentação, tornando **público** o resultado desta fase por meio de publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba, quando se dará a abertura do prazo para recurso.

**8.1.9** - Após a fase recursal será marcada nova reunião de abertura das propostas, mediante publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

**8.1.10** - Aos Licitantes inabilitados serão devolvidos os envelopes fechados contendo as respectivas propostas, transcorrido o prazo recursal ou após sua denegação.

**8.1.11.** Das sessões realizadas, lavrar-se-ão atas circunstanciadas, das quais constarão eventuais manifestações dos representantes, que serão lidas em voz alta e assinadas por estes e pelos membros da Comissão, não sendo permitidas refutações orais, cabendo, entretanto, recurso quanto aos seus efeitos;

**8.1.12.** As dúvidas que surgirem durante as sessões serão resolvidas, pela Comissão de Licitação na presença dos participantes, ou relegadas para posteriores deliberações, a juízo do Presidente, devendo o fato constar das atas;

**8.1.13.** Após o Presidente da Comissão de Licitação declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro, em qualquer hipótese, será aceito;

**8.1.14** - Julgados os recursos ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, o Presidente da Comissão de Licitação designará sessão de prosseguimento para abertura do **ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**, deverá se efetuar conforme o seguinte:

**8.1.14.1.** O conteúdo dos **ENVELOPES Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS** das empresas habilitadas quanto a documentação, deverá ser rubricado, obrigatoriamente, pelos membros da Comissão e pelos representantes legais presentes;

**8.1.14.2.** A(s) proposta(s) contida(s) nos **ENVELOPES Nº 02**, depois de rubricadas serão analisadas pela Comissão de Licitação e verificadas se as exigências contidas no item 7. e seus subitens, deste Edital, foram atendidas;

**8.1.14.3.** As licitantes poderão recorrer das decisões da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo V, art. 109 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

**8.1.15.** Os envelopes contendo a proposta dos Licitantes inabilitados que não forem retirados no prazo de 15 dias, serão inutilizados pela Administração.



## *Construindo uma nova história*

**8.1.16** - Em caso de Inabilitação ou desclassificação de todos licitantes, poderá, a seu critério, aplica a regra do art. 48, inciso III da Lei 8.666/93.

**8.1.17.** Na hipótese da ocorrência de empate entre dois ou mais concorrentes, o vencedor será dado a conhecer por sorteio em ato público.

**8.1.18.** Concluído o julgamento, a Comissão fará relatório final dos trabalhos, encaminhando o resultado da licitação ao Prefeito ficando cópia do mesmo na C.P.L à disposição dos interessados.

## **9. – JULGAMENTO**

### **9.1. Da habilitação:**

**9.1.1** - Serão consideradas inabilitadas automaticamente as participantes que não apresentarem a documentação solicitada, ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem seu entendimento, ou não atendam satisfatoriamente as condições deste **Edital**, e:

- a) Apresentar conteúdo dos envelopes, divergente do indicado no seu sobrescrito;
- b) Deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos para a habilitação neste certame;
- c) Deixar de comprovar atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;
- d) Apresentar qualquer documento exigido para habilitação com rasura, com prazo de validade vencido ou em desacordo com as exigências estabelecidas neste Edital;

### **9.2. – Da Proposta:**

**9.2.1** - O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

**9.2.1.1** - Se houver discrepância entre o preço unitário e o preço total em qualquer item, o qual será obtido pela multiplicação da quantidade pelo preço unitário correspondente, prevalecerá o valor do preço unitário e o valor do preço total será corrigido.

**9.2.1.2.** Atendendo os termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, após abertura do envelopes de proposta e elaborado o Mapa Comparativo de Preços, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e sido verificada a ocorrência de empate – *entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10%(dez por cento) superiores à proposta melhor proposta* – será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

**9.2.1.3.** Para efeito do disposto no item 9.2.1.2., ocorrendo o empate, proceder-se-à da seguinte forma:

a). - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) dias após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, sob pena de preclusão;

b). - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as



## *Construindo uma nova história*

remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 7.3.1.2, a seguir, na classificação, para o exercício do mesmo direito;

c) - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**9.2.1.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.3.1.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**9.2.1.5.** O disposto no subitem 9.2.1.2. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**9.2.1.6** – A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de realizar, a qualquer momento, por si ou através de assessoria técnica, diligências no sentido de verificar a consistência dos dados ofertados pelas Licitantes, nela compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes.

**9.3. SERÁ DESCLASSIFICADA a licitante que:**

**9.3.1.** Apresentar conteúdo dos envelopes, divergente do indicado no seu sobrescrito;

**9.3.2. Deixar de apresentar a composição de custos e encargos sociais para todos os itens da proposta;**

**9.3.3.** Propor condições ou propostas alternativas, que não as contidas neste Edital;

**9.3.4.** Serão desclassificadas as propostas cujos preços ofertados sejam inexequíveis, na forma estabelecida no art. 48 da Lei n. 8.666/93, atualizada. Consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitação de menor preço, as propostas cujos valores **sejam inferiores a 70%** (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50%(cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração ou; b) valor orçado pela Administração.

**9.3.5.** *Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão, § 6º do artigo 43da Lei 8.666/93.*

## **10.0 - DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES**

### **1- do contrato**

**10.1.** Após transcorrido os prazos de recursos, a adjudicação e homologação do julgamento será feita pelo Prefeito a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias, assinar o contrato de execução dos serviços, elaborado de acordo com a Lei 8.666 de 21.06.93 e suas alterações.

**10.1.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante



### *Construindo uma nova história*

correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento

**10.1.2.** A licitante vencedora que deixar de assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da notificação para tal ou que renunciar ao serviço, ficará automaticamente desclassificada, sujeitando-se as penalidades previstas na Lei 8.666 de 21.06.93 e suas alterações.

**10.1.3.** Ocorrendo o acima exposto, serão convocados os licitantes remanescentes, pela ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste Edital.

**10.1.4.** Ao assinar o contrato, a Contratada declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico, sujeitando-se, em caso de alterações contratuais.

**10.1.5.** O PRAZO DO CONTRATO será de **150 (cento e cinquenta)** dias, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

**10.1.6.** O contratado se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até 25% do valor inicial do contrato.

**10.1.7.** A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **II- Da Rescisão Do Contrato**

**10.2** – O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização, nos casos previstos nos artigos 77 e 78, obedecendo, ainda, ao disposto nos artigos 79 e 80 da Lei Federal nº 8666/93.

**10.2.1** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do citado art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a devolução de garantia, aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e ao pagamento do custo da desmobilização.

**10.2.2.** - A rescisão de que trata os incisos I a XII e XVII do supracitado artigo, sem prejuízo das sanções descritas na Lei acarretará as conseqüências previstas nos incisos do art. 80 da Lei nº 8.666/93.

**10.2.3.** - A rescisão administrativa será apreciada e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, atendida a conveniência dos serviços, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços executados.

**10.2.4.** - Constituem motivos para rescisão dos contratos:

**10.2.4.1.** O não cumprimento ou cumprimento irregular sistemático de cláusulas contratuais, especificações, planos de trabalhos, projetos ou prazos contratuais;

**10.2.4.2.** Atraso não justificado na execução dos serviços;



### *Construindo uma nova história*

**10.2.4.3** Paralisação da execução dos serviços sem justa causa ou comunicação ao contratante;

**10.2.4.4** O desatendimento das determinações regulares da fiscalização;

**10.2.4.5** A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

**10.2.4.6** A dissolução da sociedade;

**10.2.4.7** Por razões de interesse público e alta relevância e amplo conhecimento, a contratante poderá promover a rescisão unilateral do contrato mediante notificação por escrito à contratada, que acontecerá com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

**10.2.4.8.** A rescisão unilateral dar-se-á, sempre, tomando como termo final do contrato o último dia do mês, após o decurso do prazo determinado no item anterior;

**10.2.4.9.** Qualquer que seja o fundamento da rescisão antecipada, responderá a garantia de fiel execução pelas obrigações da contratada, somente sendo liberada mediante comprovação de ter havido a rescisão dos contratos de trabalho do pessoal e satisfeitas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

### **10.3. Da Revisão Contratual**

**10.3.1.** O valor contratual poderá ser revisto mediante solicitação da Contratada com vista à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato na forma do artigo nº 65, Inciso II alínea d, da Lei nº 8.666/93, e observados os itens subsequentes deste Edital;

**10.3.2.** As eventuais solicitações, observado o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto, nos custos do Contrato.

### **11.0 - DO PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento dos serviços será efetuado conforme autorização e liberação da concedente do recurso, com base em medição devidamente aprovadas pelo FISCAL E GESTOR DO CONTRATO, que será atestada pelo engenheiro da fiscalização da PREFEITURA;

**11.1.1.** A medições apresentadas da execução dos serviços, deverá estar acompanhado com:

1. BOLETIM MEDIÇÃO, devidamente atestada pelo engenheiro fiscal. Impressa de acordo com padrões do ÓRGÃO CONTRATANTE de acordo com cronograma físico-financeiro, relativo à parcela faturada. (Conferir sempre se os serviços faturados, correspondem aos serviços verificados pelo Relatório de Vistoria de Obras que acompanha o processo).

2. MEMÓRIA DE CÁLCULO, devidamente atestada pelo engenheiro fiscal.



*Construindo uma nova história*

3. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO de cada etapa (devidamente datado).
4. NOTA FISCAL DOS SERVIÇOS, devidamente preenchida com os dados do destinatário (Nome, CNPJ, Endereço) e atestado pelo engenheiro fiscal. Deverá ter indicação a qual medição se refere e do processo licitatório, do nº contrato firmado. Quando tratar-se de Convênios deve ter: NUMERO CONVENIO, ANO, PROGRAMA, OBJETO CONVENIO.
5. RECIBO- Discriminativo com todos os dados da Empresa, impresso próprio ou papel timbrado
6. CONTRATO – Anexar cópia do Contrato da Obra (apenas na primeira medição);
7. ADITIVOS DE CONTRATO – Anexar cópia de Termo Aditivo ao Contrato, se houver;
8. ART de execução, emitida pelo CREA;
9. Juntamente com a primeira medição, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula no Cadastro Nacional de Obras (CNO), conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.845 de 2018.
10. PROVA DE PAGAMENTO DO PESSOAL – Folha de pagamento ou outro comprovante de pagamento, assinado pelos funcionários e devidamente autenticada em Tabelionato, referente ao período de medição;
11. PROVA DE RECOLHIMENTO JUNTO AO INSS – Recolhimentos vinculados à Matrícula da Obra, devidamente autenticado em Tabelionato, GPS-Guia de Recolhimento Social; No caso da Empresa optar por retenção dos Encargos Previdenciários, deverá ser especificado no corpo da Nota Fiscal, desmembramento de materiais e mão-de-obra (este nunca inferior a 30,00% do valor da N.F.), e o destaque "Nota Fiscal sujeita à retenção de encargos previdenciários, conforme Instrução Normativa emitida pelo INSS";
12. PROVA DE RECOLHIMENTO JUNTO AO FGTS – Recolhimentos vinculados ao CNPJ da Empresa, devidamente autenticado em Tabelionato, - GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social;
13. CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS – CRF - Certidão Negativa de Débitos da Empresa junto ao FGTS, em plena validade;
14. PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA NACIONAL, relativos aos Tributos federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito d procuradoria da Fazenda Nacional.
15. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA ESTADUAL (relativa ao ICMS), do domicílio sede da licitante,
16. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL do



*Construindo uma nova história*

domicílio ou sede da interessada

17. PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *(Incluído dada pela Lei nº 12.440, de 7.7.2011 – DOU de 8.7.2011 - Vigência: 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação desta Lei).*

11.1.2. – Juntamente com a primeira medição, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

11.1.3. A Contratante terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade das atividades executadas, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

11.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.

11.1.5 - A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto do Edital, deverá ser retificada/substituída/complementada sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para a Contratante.

11.2. No caso do não cumprimento do prazo estabelecido acima, as faturas serão atualizadas financeiramente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, publicado pela revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas), calculado "pró-rata die", considerando-se o mês do efetivo pagamento e o mês da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada;

11.3. A fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento elaborará quinzenalmente a medição dos serviços efetuados.

## 12.0 - DAS MULTAS E PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

12.2.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.





*Construindo uma nova história*

**12.2.3.** multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**12.2.3.1.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**12.2.4.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**12.2.5.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

**12.3.** A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

**12.4.** A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

**12.5.** A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

**12.6.** Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

**12.6.1.** tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**12.6.2.** tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**12.6.3.** demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**12.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**12.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

### **13.0. APLICAÇÃO**

**13.1.** Pelo descumprimento das obrigações assumidas, o licitante estará sujeito as seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a prévia defesa, ficando sob responsabilidade da PREFEITURA.



*Construindo uma nova história*

**13.2 - MULTAS POR ATRASO CONTRATUAL:** A multa global será calculada pela seguinte fórmula:

$$M = (0,01V / P) \times N$$

Onde:

M = Valor da multa em Reais;

V = Valor inicial do contrato em Reais reajustado;

P = Prazo contratual de execução, em dias corridos;

N = Números de dias corridos que exceder a data contratual marcada para entrega dos serviços, devendo no caso existir prorrogação, a contagem ser feita após a data da referida prorrogação.

**13.3.** - A multa, dependendo da PREFEITURA, poderá ser aplicada parcialmente, isto quando houver atraso na execução das parcelas, onde o valor de N, seria o número de dias corridos que exceder a data de término da referida parcela, no cronograma físico-financeiro da proposta e V o valor atualizado da parcela.

**13.4.** O descumprimento do prazo na implantação dos serviços, bem como as infringências das obrigações contratuais ensejará a aplicação de multas moratórias.

#### **14.0 - DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES**

**14.1.** Dos atos da Administração praticados no presente TOMADA DE PREÇOS caberá recurso na forma do Art. 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

**14.2-** Os recursos administrativos deverão ser interpostos devidamente fundamentados, assinados por representante legal da recorrente e/ou credenciado com poderes para tal, dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, protocolizados no setor competente do órgão licitante e seguirão os procedimentos estabelecidos no art. 109 e parágrafos da Lei Federal n.º 8666/93.

**14.2.1.** caso as licitantes interpuserem recursos administrativos através de e-mail, deverão ser transmitidos dentro do prazo recursal e seus originais serem entregues no prazo de 1 (um) dia útil após a data de término do prazo recursal, sob pena de ser considerado deserto ou prejudicado.

**14.2.2.** Questionamentos/impugnações/recursos encaminhados por e-mail, após as 12h00 (horário local) serão consideradas como recebidos no dia útil imediatamente subsequente.

**14.6** - O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

**14.7.** Por ocasião da habilitação e julgamento das propostas, estando todas as propostas dos licitantes presente à reunião em que for adotada a decisão e havendo concordância poderá ser consignada na Ata a desistência expressa ao direito de interposição do recurso previsto no Art. 109, inciso I, alínea a e b, consoante disposto no Art.43 inciso III, ambos da Lei 8.666/93.



*Construindo uma nova história*

**15.0 – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**15.1.** O valor da licitação em **R\$ 358.858,16 (trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos)**. Sendo este valor o máximo aceitável pela administração, atendendo o disposto no inc. X, art. 40 da Lei nº 8.666/93. As propostas que apresentarem PREÇO GLOBAL SUPERIOR AO ORÇAMENTO BASE FORNECIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA SERÃO DESCLASSIFICADAS bem como as propostas que apresentarem preços unitários, superiores aos preços da planilha fornecida pela Prefeitura de MATUREIA.

**15.2.** Todos os materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços serão fornecidos pela empresa que venha a ser contratada.

**15.3.** As obras e serviços serão executados sob fiscalização direta e imediata da Prefeitura Municipal de MATUREIA- PB.

**15.4.** As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2020 – na unidade orçamentaria 02.080 Secretaria de Desenvolvimento Humano, 15 451 1004 1022 Implantação de Infra-estrutura Urbana, 4490.51 Obras e Instalações.

**16 – DAS GARANTIAS**

**16.1. Garantia De Proposta**

**16.1.1.** A garantia de proposta prevista no item 5.1.4.4. “e” tem o objetivo de proteger a Entidade de Licitação contra atos ou omissões dos Licitantes:

a) garantir à satisfação de multa imposta ao licitante que, no curso ainda da disputa, venha a praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação.

b) caso a Licitante retire sua proposta durante o período de validade definido no Edital e na Garantia de Proposta, e

c) se a Licitante vencedora, deixar de assinar o Contrato ou não apresentar a Garantia de Execução Contratual.

**16.1.2.** A Garantia de Proposta das Licitantes não vencedoras ser-lhes-á restituída no prazo de até 10 (dez) dias, contado a partir da homologação da adjudicação. A Garantia de Proposta das Licitantes inabilitadas ser-lhes-á restituída no prazo de 10 (dez) dias contado a partir do encerramento da fase de habilitação; no caso de interposição de recurso o prazo de devolução será contado a partir do julgamento definitivo dos recursos.

**16.1.3.** A Garantia de Proposta da Licitante vencedora será liberada quando assinado o Contrato, mediante apresentação da Garantia de Execução Contratual.

**17.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** As licitantes interessadas devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes do edital, bem como de todas as condições gerais e peculiares das áreas



*Construindo uma nova história*

definidas, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da sua proposta ou do perfeito cumprimento do contrato;

**17.2.** Serão mantidas durante a execução do contrato, todas as condições da Habilitação.

**17.3.** Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentado fora do prazo legal e/ou subscrito por procurador, não habilitado legalmente no processo a responder pela firma.

**17.4.** Os casos omissos neste TOMADA DE PREÇOS, serão regulados em observância a Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações.

**17.5.** Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora, que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste edital e seu anexo.

**17.6.** O contratado deverá permitir o livre acesso de servidores da Prefeitura de **MATUREIA** e do órgão concedente dos recursos, bem como dos órgãos integrantes do sistema de controle interno e externo a qual esteja subordinados a Prefeitura e o Ministério aos documentos e registros contábeis da empresa contratada no que concerne a execução dos serviços vinculados a contratação em tela.

**17.7.** Faz parte do presente Edital

- a) o Anexo I – PROJETO TÉCNICO
- b) Anexo II - MODELO DA PROPOSTA,
- c) Anexo III-(MINUTA DO CONTRATO),
- d) Anexo IV – MODELO DA DECLARAÇÃO PROPOSTA INDEPENDENTE;
- e) ANEXO V - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
- f) ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º. DA CF/88
- g) ANEXO VII - DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- h) ANEXO VIII - EXPERIÊNCIA E DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO;
- i) ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO
- j) ) ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO AUTENTICIDADE E VERACIDADE
- k) ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE EXPECUTARÁ A OBRA DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT
- l) ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA;
- m) ANEXO XIII - MODELO DE DECLARAÇÃO GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

**17.8.** A Prefeitura Municipal de **MATUREIA** reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo segundo do citado artigo.



*Construindo uma nova história*


**17.9.** Na hipótese de não haver expediente na data prevista para recebimento e abertura dos envelopes de propostas, a reunião ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento normal desta Repartição, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

**17.10.** Demais informações relativas à presente Licitação serão prestadas no Setor de Licitações da Prefeitura de MATUREIA, localizada a Praça Jose Alves da Costa, 114, Centro, MATUREIA - Estado da Paraíba, de segundas às sextas-feiras, das 8h às 12h.

**17.11** A participação na presente Licitação implica em concordância tácita, por parte da empresa Licitante, com todos os termos e condições deste Instrumento convocatório.

**17.12.** O Licitante é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta Licitação.

MATUREIA – PB, 31 de julho de 2020.

  
PAULO SERGIO DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE DA CPL/PMM

  
EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA  
ASSESSORIA TÉCNICA



ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020

PROJETO TÉCNICO DE ENGENHARIA

- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – SINAPI NÃO DESONERADO
  - MEMORIA DE CALCULO
- CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO
  - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS-
  - ENCARGOS SOCIAIS E BDI
- MEMORIAL DESCRITIVO/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
  - PLANO DE COLETA DOS RESIDUOS SOLIDOS-



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA - PB  
OBRA: INFRAESTRUTURA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO  
LOCAL: RUA COSME HENRIQUE DE SOUZA, RUA ANTONIO DE PÁDUA DANTAS, RUA JOÃO RAMALHO DE FREITAS, RUA FELIPE TOMAZ DA COSTA, RUA MANOEL CALUETE DA SILVA, RUA ASSIS BOMFIM, RUA JOSEMAR FREITAS DA COSTA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CODIGO / ABRANGÊNCIA	Discriminação	Unid	Quant.	orçamento	
					P. Unit. Com BDI	Valor (RS)
SINAPI NÃO DESONERADO DATA BASE: ABRIL/ 2020 BDI: 24.03%						
<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>						
1.0						5.054,70
1.1	composição 04	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m <sup>2</sup>	10,00	505,47	5.054,70
<b>PAVIMENTAÇÃO - RUA COSME HENRIQUE DE SOUZA</b>						
2.0						58.627,74
2.1	composição 05	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide.	m <sup>2</sup>	803,40	0,41	329,39
2.2	100576	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura.	m <sup>2</sup>	803,40	1,58	1.269,37
2.3	94273	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1.3.	m	213,80	37,01	7.912,74
2.4	02.702.00 DER-PB	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1.3.	m <sup>2</sup>	803,40	60,38	48.509,29
2.5	83693	Pintura/Catiação de meio-fio.	m <sup>2</sup>	53,45	3,84	205,25
2.6	composição 01	Limpeza das ruas (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	803,40	0,50	401,70
<b>PAVIMENTAÇÃO - RUA ANTONIO DE PÁDUA DANTAS</b>						
3.0						43.612,31
3.1	composição 05	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços.	m <sup>2</sup>	588,00	0,41	241,08
3.2	100576	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura.	m <sup>2</sup>	588,00	1,58	929,04
3.3	94273	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1.3.	m	175,00	37,01	6.476,75
3.4	02.702.00 DER-PB	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1.3.	m <sup>2</sup>	588,00	60,38	35.503,44
3.5	83693	Pintura/Catiação de meio-fio.	m <sup>2</sup>	43,75	3,84	168,00

JOSIVALDO GOMES MATEUS  
ENGR. CIVIL E ENGR. DE SEG. JOSEVALDO  
CRESPINO DE SAUS  
CPF: 017.131.134





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA - PB

OBRA: INFRAESTRUTURA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO  
LOCAL: RUA COSME HENRIQUE DE SOUZA, RUA ANTONIO DE PÁDUA DANTAS, RUA JOÃO RAMALHO DE FREITAS, RUA FELIPE TOMAZ DA COSTA, RUA MANOEL CALUETE DA SILVA, RUA ASSIS BOMFIM, RUA JOSEMAR FREITAS DA COSTA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CODIGO / ABRANGÊNCIA	Discriminação	DATA BASE: ABRIL/2020	BDI:	24,03%	Unid	Quant.	orçamento	
								P. Unit. Com BDI	Valor (RS)
3.6	composição 01	Limpeza das ruas (varrição e remoção de entulhos)				m <sup>2</sup>	588,00	0,50	294,00
<b>4.0</b>		<b>PAVIMENTAÇÃO - RUA JOÃO RAMALHO DE FREITAS</b>							<b>31.146,69</b>
4.1	composição 05	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide.				m <sup>2</sup>	432,00	0,41	177,12
4.2	100576	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura.				m <sup>2</sup>	432,00	1,58	682,56
4.3	94273	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.				m	105,00	37,01	3.886,05
4.4	02.702.00 DER-PB	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.				m <sup>2</sup>	432,00	60,38	26.084,16
4.5	83693	Pintura/Catiação de meio-fio.				m <sup>2</sup>	26,25	3,84	100,80
4.6	composição 01	Limpeza das ruas (varrição e remoção de entulhos)				m <sup>2</sup>	432,00	0,50	216,00
<b>5.0</b>		<b>PAVIMENTAÇÃO - RUA FELIPE TOMAZ DA COSTA</b>							<b>33.905,04</b>
5.1	composição 05	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide.				m <sup>2</sup>	455,40	0,41	186,71
5.2	100576	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura.				m <sup>2</sup>	455,40	1,58	719,53
5.3	94273	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.				m	138,90	37,01	5.140,69
5.4	02.702.00 DER-PB	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.				m <sup>2</sup>	455,40	60,38	27.497,05



Lucivaldo Gomes Martins  
10/04/2020





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA - PB

OBRA: INFRAESTRUTURA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO  
LOCAL: RUA COSME HENRIQUE DE SOUZA, RUA ANTONIO DE PÁDUA DANTAS, RUA JOÃO RAMALHO DE FREITAS, RUA FELIPE TOMAZ DA COSTA, RUA MANOEL CALUETE DA SILVA, RUA ASSIS BOMFIM, RUA JOSEMAR FREITAS DA COSTA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CODIGO / ABRANGÊNCIA	Discriminação	DATA BASE: ABRIL/2020	BDI:	24,03%	Unid	Quant.	orçamento	
								P. Unit. Com BDI	Valor (RS)
5.5	83693	Pintura/Ciação de meio-fio.				m <sup>2</sup>	34,73	3,84	133,36
5.6	composição 01	Limpeza das ruas (varrição e remoção de entulhos)				m <sup>2</sup>	455,40	0,50	227,70
<b>6.0</b>		<b>PAVIMENTAÇÃO - RUA MANOEL CALUETE DA SILVA</b>							<b>50.104,12</b>
6.1	composição 05	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide.				m <sup>2</sup>	682,50	0,41	279,83
6.2	100576	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura.				m <sup>2</sup>	682,50	1,58	1.078,35
6.3	94273	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.				m	189,50	37,01	7.013,40
6.4	02.702.00 DER-PB	Pavimentação em paralelepipedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.				m <sup>2</sup>	682,50	60,38	41.209,35
6.5	83693	Pintura Ciação de meio-fio.				m <sup>2</sup>	47,38	3,84	181,94
6.6	composição 01	Limpeza das ruas (varrição e remoção de entulhos)				m <sup>2</sup>	682,50	0,50	341,25
<b>7.0</b>		<b>PAVIMENTAÇÃO - RUA ASSIS BOMFIM</b>							<b>46.940,52</b>
7.1	composição 05	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide.				m <sup>2</sup>	647,40	0,41	265,43
7.2	100576	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura.				m <sup>2</sup>	647,40	1,58	1.022,89
7.3	94273	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.				m	164,30	37,01	6.080,74

João Maria Gomes  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA - PB**

**OBRA: INFRAESTRUTURA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO**  
**LOCAL: RUA COSME HENRIQUE DE SOUZA, RUA ANTONIO DE PÁDUA DANTAS, RUA JOÃO RAMALHO DE FREITAS, RUA FELIPE TOMAZ DA COSTA, RUA MANOEL CALUETE DA SILVA, RUA ASSIS BOMFIM, RUA JOSEMAR FREITAS DA COSTA**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM		CODIGO / ABRANGÊNCIA	SINAPI NÃO DESONERADO	DATA BASE: ABRIL/2020	BDI:	24,03%	Unid	Quant.	orçamento	
			Discriminação						P. Unit. Com BDI	Valor (R\$)
7.4		02.702.00 DER-PB	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.			m²	647,40	60,38		39.090,01
7.5		83693	Pintura/Caliação de meio-fio.			m²	41,08	3,84		157,75
7.6		composição 01	Limpeza das ruas (varrição e remoção de entulhos)			m²	647,40	0,50		323,70
<b>8.0</b>			<b>PAVIMENTAÇÃO - RUA JOSEMAR FREITAS DA COSTA</b>							<b>89.467,04</b>
8.1		composição 05	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide.			m²	1.207,50	0,41		495,08
8.2		100576	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura.			m²	1.207,50	1,58		1.907,85
8.3		94273	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.			m	356,90	37,01		13.208,87
8.4		02.702.00 DER-PB	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.			m²	1.207,50	60,38		72.908,85
8.5		83693	Pintura/Caliação de meio-fio.			m²	89,23	3,84		342,64
8.6		composição 01	Limpeza das ruas (varrição e remoção de entulhos)			m²	1.207,50	0,50		603,75
<b>TOTAL (R\$)</b>										<b>358.858,16</b>
O PRESENTE ORÇAMENTO PERFAZ O VALOR DE R\$ 358.858,16 ( TREZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL, E OITOCENTOS E CINQUENTA E CINQUENTA E DEZESSEIS CENTAVOS.)										

*[Handwritten signature]*  
Leandro Gomes Marques





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA - PB
OBRA: INFRAESTRUTURA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO
LOCAL: RUA COSME HENRIQUE DE SOUZA, RUA ANTONIO DE PÁDUA DANTAS, RUA JOÃO RAMALHO DE FREITAS, RUA FELIPE TOMAZ DA COSTA, RUA MANOEL CALUETE DA SILVA, RUA ASSIS BOMFIM, RUA JOSEMAR FREITAS DA COSTA

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

Item	Discriminação	Unid	CÁLCULO	QUANT
<b>1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES</b>				
1.1	Placa indicativa da obra	m <sup>2</sup>	4,00*2,50=	10,00
<b>2.0 PAVIMENTAÇÃO - RUA COSME HENRIQUE DE SOUZA</b>				
2.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide	m <sup>2</sup>	103,00*7,80=	803,40
2.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura	m <sup>2</sup>	103,00*7,80=	803,40
2.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	103,00*2+7,80=	213,80
2.4	Pavimentação em paralelepipedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m <sup>2</sup>	103,00*7,80=	803,40
2.5	Pintura/Caiação de meio-fio	m <sup>2</sup>	213,80*(0,15+0,10)=	53,45
2.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	103,00*7,80=	803,40
<b>3.0 PAVIMENTAÇÃO - RUA ANTONIO DE PÁDUA DANTAS</b>				
3.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide	m <sup>2</sup>	84,00*7,00=	588,00
3.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura	m <sup>2</sup>	84,00*7,00=	588,00
3.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	84,00*2+7,00=	175,00
3.4	Pavimentação em paralelepipedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m <sup>2</sup>	84,00*7,00=	588,00
3.5	Pintura/Caiação de meio-fio	m <sup>2</sup>	175,00*(0,15+0,10)=	43,75
3.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	84,00*7,00=	588,00
<b>4.0 PAVIMENTAÇÃO - RUA JOÃO RAMALHO DE FREITAS</b>				
4.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide	m <sup>2</sup>	48,00*9,00=	432,00
4.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura	m <sup>2</sup>	48,00*9,00=	432,00
4.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	48,00*2+9,00=	105,00
4.4	Pavimentação em paralelepipedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m <sup>2</sup>	48,00*9,00=	432,00
4.5	Pintura/Caiação de meio-fio	m <sup>2</sup>	105,00*(0,15+0,10)=	26,25
4.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	48,00*9,00=	432,00
<b>5.0 PAVIMENTAÇÃO - RUA FELIPE TOMAZ DA COSTA</b>				
5.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide	m <sup>2</sup>	66,00*6,90=	455,40
5.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura	m <sup>2</sup>	66,00*6,90=	455,40
5.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	66,00*2+6,90=	138,90
5.4	Pavimentação em paralelepipedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m <sup>2</sup>	66,00*6,90=	455,40
5.5	Pintura/Caiação de meio-fio	m <sup>2</sup>	138,90*(0,15+0,10)=	34,73
5.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	66,00*6,90=	455,40

José Felipe Freitas da Silva  
 PREFEITO

Josivan Gomes Marques  
 ENGENHEIRO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO



ESTADO DA PARAÍBA			
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA - PB			
OBRA: INFRAESTRUTURA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO			
LOCAL: RUA COSME HENRIQUE DE SOUZA, RUA ANTONIO DE PÁDUA DANTAS, RUA JOÃO RAMALHO DE FREITAS, RUA FELIPE TOMAZ DA COSTA, RUA MANOEL CALUETE DA SILVA, RUA ASSIS BOMFIM, RUA JOSEMAR FREITAS DA COSTA			

MEMÓRIA DE CÁLCULO

6.0 PAVIMENTAÇÃO - RUA MANOEL CALUETE DA SILVA			
6.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide	m <sup>2</sup>	91,00*7,50= 682,50
6.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura	m <sup>2</sup>	91,00*7,50= 682,50
6.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m	91,00*2+7,50= 189,50
6.4	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m <sup>2</sup>	91,00*7,50= 682,50
6.5	Pintura/Caixação de meio-fio.	m <sup>2</sup>	189,50*(0,15+0,10)= 47,38
6.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	91,00*7,50= 682,50
7.0 PAVIMENTAÇÃO - RUA ASSIS BOMFIM			
7.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide	m <sup>2</sup>	78,00*8,30= 647,40
7.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura	m <sup>2</sup>	78,00*8,30= 647,40
7.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m	78,00*2+8,30= 164,30
7.4	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m <sup>2</sup>	78,00*8,30= 647,40
7.5	Pintura/Caixação de meio-fio.	m <sup>2</sup>	164,30*(0,15+0,10)= 41,08
7.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	78,00*8,30= 647,40
8.0 PAVIMENTAÇÃO - RUA JOSEMAR FREITAS DA COSTA			
8.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide	m <sup>2</sup>	175,00*6,90= 1.207,50
8.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura	m <sup>2</sup>	175,00*6,90= 1.207,50
8.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m	175,00*2+6,90= 356,90
8.4	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m <sup>2</sup>	175,00*6,90= 1.207,50
8.5	Pintura/Caixação de meio-fio.	m <sup>2</sup>	356,90*(0,15+0,10)= 89,23
8.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	175,00*6,90= 1.207,50

José Pereira Freitas da Silva  
PREFEITO

José Pereira Freitas da Silva  
PREFEITO



<b>ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA - PB</b>
<b>OBRA: INFRAESTRURA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO</b>
<b>LOCAL: RUA COSME HENRIQUE DE SOUZA, RUA ANTONIO DE PÁDUA DANTAS, RUA JOÃO RAMALHO DE FREITAS, RUA FELIPE TOMAZ DA COSTA, RUA MANOEL CALUETE DA SILVA, RUA ASSIS BOMFIM, RUA JOSEMAR FREITAS DA COSTA</b>

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

Item	Discriminação	Unid	CÁLCULO	QUANT
<b>1.0</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>			
1.1	Placa indicativa da obra	m <sup>2</sup>	4,00*2,50=	10,00
<b>2.0</b>	<b>PAVIMENTAÇÃO - RUA COSME HENRIQUE DE SOUZA</b>			
2.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide.	m <sup>2</sup>	103,00*7,80=	803,40
2.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura.	m <sup>2</sup>	103,00*7,80=	803,40
2.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m	103,00*2+7,80=	213,80
2.4	Pavimentação em paralelepipedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m <sup>2</sup>	103,00*7,80=	803,40
2.5	Pintura/Calafiação de meio-fio	m <sup>2</sup>	213,80*(0,15+0,10)=	53,45
2.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	103,00*7,80=	803,40
<b>3.0</b>	<b>PAVIMENTAÇÃO - RUA ANTONIO DE PÁDUA DANTAS</b>			
3.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide.	m <sup>2</sup>	84,00*7,00=	588,00
3.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura.	m <sup>2</sup>	84,00*7,00=	588,00
3.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m	84,00*2+7,00=	175,00
3.4	Pavimentação em paralelepipedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m <sup>2</sup>	84,00*7,00=	588,00
3.5	Pintura/Calafiação de meio-fio	m <sup>2</sup>	175,00*(0,15+0,10)=	43,75
3.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	84,00*7,00=	588,00
<b>4.0</b>	<b>PAVIMENTAÇÃO - RUA JOÃO RAMALHO DE FREITAS</b>			
4.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide.	m <sup>2</sup>	48,00*9,00=	432,00
4.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura.	m <sup>2</sup>	48,00*9,00=	432,00
4.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m	48,00*2+9,00=	105,00
4.4	Pavimentação em paralelepipedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m <sup>2</sup>	48,00*9,00=	432,00
4.5	Pintura/Calafiação de meio-fio	m <sup>2</sup>	105,00*(0,15+0,10)=	26,25
4.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	48,00*9,00=	432,00
<b>5.0</b>	<b>PAVIMENTAÇÃO - RUA FELIPE TOMAZ DA COSTA</b>			
5.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide.	m <sup>2</sup>	66,00*6,90=	455,40
5.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura.	m <sup>2</sup>	66,00*6,90=	455,40
5.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m	66,00*2+6,90=	138,90
5.4	Pavimentação em paralelepipedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.	m <sup>2</sup>	66,00*6,90=	455,40
5.5	Pintura/Calafiação de meio-fio	m <sup>2</sup>	138,90*(0,15+0,10)=	34,73
5.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	66,00*6,90=	455,40

Josivan Gomes Marques  
 Engenheiro de Serviço do Trabalho  
 CREA/RN 025/2017-214-67

José Pereira Freitas da Silva  
 PREFEITO



6.0 PAVIMENTAÇÃO - RUA MANOEL CALUETE DA SILVA				
6.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide	m <sup>2</sup>	91,00*7,50=	682,50
6.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura	m <sup>2</sup>	91,00*7,50=	682,50
6.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	91,00*2+7,50=	189,50
6.4	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m <sup>2</sup>	91,00*7,50=	682,50
6.5	Pintura/Catiação de meio-fio	m <sup>2</sup>	189,50*(0,15+0,10)=	47,38
6.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	91,00*7,50=	682,50
7.0 PAVIMENTAÇÃO - RUA ASSIS BOMFIM				
7.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide	m <sup>2</sup>	78,00*8,30=	647,40
7.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura	m <sup>2</sup>	78,00*8,30=	647,40
7.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	78,00*2+8,30=	164,30
7.4	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m <sup>2</sup>	78,00*8,30=	647,40
7.5	Pintura/Catiação de meio-fio	m <sup>2</sup>	164,30*(0,15+0,10)=	41,08
7.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	78,00*8,30=	647,40
8.0 PAVIMENTAÇÃO - RUA JOSEMAR FREITAS DA COSTA				
8.1	Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide	m <sup>2</sup>	175,00*6,90=	1.207,50
8.2	Regularização e compactação de subleito até 20 cm de espessura	m <sup>2</sup>	175,00*6,90=	1.207,50
8.3	Meio fio pré-fabricado rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	175,00*2+6,90=	356,90
8.4	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m <sup>2</sup>	175,00*6,90=	1.207,50
8.5	Pintura/Catiação de meio-fio	m <sup>2</sup>	356,90*(0,15+0,10)=	89,23
8.6	Limpeza da rua (varrição e remoção de entulhos)	m <sup>2</sup>	175,00*6,90=	1.207,50

Josivan Gomes Marques  
ENFERMEIRO DE SERVIÇO TRABALHO  
RUA... Nº 275-24-62

José Perene Freitas da Silva  
PREFEITO

## CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA - PB

OBRA: INFRAESTRUTURA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO

LOCAL: RUA COSME HENRIQUE DE SOUZA, RUA ANTONIO DE PÁDUA DANTAS, RUA JOÃO RAMALHO DE FREITAS, RUA FELIPE TOMAZ DA COSTA, RUA MANOEL CALUETE DA SILVA, RUA ASSIS BOMFIM, RUA JOSEMAR FREITAS DA COSTA

ITEM	SERVIÇOS	VALOR DO ITEM	30 DIAS		60 DIAS		90 DIAS		120 DIAS	
			VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	5.054,70	5.054,70	100,00						
2.0	PAVIMENTAÇÃO - RUA COSME HENRIQUE DE SOUZA	58.627,74	58.627,74	100,00						
3.0	PAVIMENTAÇÃO - RUA ANTONIO DE PÁDUA DANTAS	43.612,31			43.612,31	100,00				
4.0	PAVIMENTAÇÃO - RUA JOÃO RAMALHO DE FREITAS	31.146,69			31.146,69	100,00				
5.0	PAVIMENTAÇÃO - RUA FELIPE TOMAZ DA COSTA	33.905,04					33.905,04	100,00		
6.0	PAVIMENTAÇÃO - RUA MANOEL CALUETE DA SILVA	50.104,12					50.104,12	100,00		
7.0	PAVIMENTAÇÃO - RUA ASSIS BOMFIM	46.940,52							46.940,52	100,00
8.0	PAVIMENTAÇÃO - RUA JOSEMAR FREITAS DA COSTA	89.467,04							89.467,04	100,00
	<b>Total (R\$)</b>	<b>358.858,16</b>								
	<b>Total no período</b>		63.682,44	17,75	74.759,00	20,83	84.009,16	23,41	136.407,56	38,01
	<b>Total Acumulado</b>		63.682,44	17,75	138.441,44	38,58	222.450,60	61,99	358.858,16	100,00

José Gomes Marques  
CNPJ: 07.042.815/2442





PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA -PB  
**COMPOSIÇÃO DE PREÇOS - SEM DESONERAÇÃO**  
 DATA BASE : 02/ 2020

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS	LIMPEZA DA RUA (VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHO)					Nº 01 UNIDADE: M²	
	COMPONENTES	UNID.	CONSUMO	PREÇO UNIT.	R\$		OBSERVAÇÕES
MATERIAL					MÃO-DE-OBRA		
COMPOSIÇÃO- 88316 - SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	M²	0,028	14,39			0,40	
			<b>SUB-TOTAIS</b>		0,00	0,40	CUSTO UNITÁRIO
			<b>TOTAL S/ BDI</b>		0,00	0,40	R\$ 0,40

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS 74209/1	PLACA DA OBRA 1 M²					Nº 04 UNIDADE: M²	
	COMPONENTES	UNID.	CONSUMO	PREÇO UNIT.	R\$		OBSERVAÇÕES
MATERIAL					MÃO-DE-OBRA		
INSUMO - 4417 -SARRAFO DE MADEIRA NAO APARELHADA *2,5 X 7* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	1,00	4,21	4,21			
INSUMO - 4491- PONTALETE DE MADEIRA NAO APARELHADA *7,5 X 7,5* CM (3 X 3 ") PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	4,00	5,91	23,64			
INSUMO - 4813- PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,0 X 1,125* M	M²	1,00	330,00	330,00			
INSUMO- 5075 - PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	0,11	12,2	1,342			
COMPOSIÇÃO - 88262- CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,00	17,12			17,12	
COMPOSIÇÃO- 88316- SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,00	14,39			28,78	
COMPOSIÇÃO- 94962- CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M³	0,01	244,92	2,45			
			<b>SUB-TOTAIS</b>	361,64		45,90	CUSTO UNITÁRIO
			<b>TOTAL S/ BDI</b>	361,64		45,90	R\$ 407,54

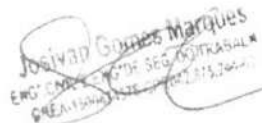
COMPOSIÇÃO DE PREÇOS 78472	SERVICOS TOPOGRAFICOS 1 M²					Nº 05 UNIDADE: M²	
	COMPONENTES	UNID.	CONSUMO	PREÇO UNIT.	R\$		OBSERVAÇÕES
MATERIAL					MÃO-DE-OBRA		

Josivan Gomes Marques  
 ENGRº CIVIL E ENGRº DE SEG. DO TRABALHO  
 CREA-15884/2015-CPF.042.875.244-62





PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA -PB					
COMPOSIÇÃO DE PREÇOS - SEM DESONERAÇÃO					
INSUMO- 6204 - SARRAFO DE MADEIRA NAO APARELHADA *2.5 X 15* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	0,002886	10,94	0,03	
COMPOSIÇÃO- 88253- AUXILIAR DE TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0025	13,27		0,03
COMPOSIÇÃO- 88288- NIVELADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0025	16,09		0,04
COMPOSIÇÃO- 88316 - SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0075	14,39		0,11
COMPOSIÇÃO- 88597- DESENHISTA DETALHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,002	36,03		0,07
COMPOSIÇÃO- 92145- CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHP DIURNO AF_11/2015	CHP	0,001	45,85	0,05	
			<b>SUB-TOTAIS</b>	0,08	0,25
					<b>CUSTO</b>

  
 JOSÉIVAL GOMES MARQUES  
 ENGENHEIRO DE 1ª CLASSE EM ENGENHARIA DE ESTRUTURAS  
 CREA-15000/2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA		
BDI - PARA ORÇAMENTO SEM DESONERAÇÃO		
<b>1. CUSTO DIRETO DA OBRA (CD):</b>		
<b>2. COMPOSIÇÃO DO CUSTO INDIRETO (CI) QUE INCIDE SOBRE OS CUSTOS DIRETOS (CD)</b>		
DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS (CI)		PORCENTAGEM (%) ADOTADA
Custo de Administração Central - AC		4,67%
Taxa de seguro - S		0,34%
Taxa de risco- R		0,97%
Taxa de garantias- G		0,40%
Taxa de despesas financeiras - DF		1,21%
<b>3. COMPOSIÇÃO DO CUSTO INDIRETO (CI) QUE INCIDE SOBRE O PREÇO TOTAL DA OBRA (PT)</b>		
DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS (CI)		PORCENTAGEM (%) ADOTADA
Custos Tributários - Total - I		5,65%
Tributos Federais		3,65%
Tributos Estaduais		
Tributos Municipais		
Taxa de lucro/remuneração - L		2,00%
Fórmula do BDI (*) $BDI = (((1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)/(1-L))-1)$	Onde	
	BDI = Taxa de BDI	
<b>4. TAXA DE BDI (BDI): PAVIMENTAÇÃO</b>		<b>24,03 %</b>

  
**Josivan Gomes Marques**  
 ENG. CIVIL E ENG. DE SEG. DO TRABALHO  
 CREA-1000434576-CPF.042.875.244-62



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA-PB

PAVIMENTAÇÃO - MATUREIA -PB

Memorial Descritivo / Especificações

1.0-APRESENTAÇÃO

O presente documento tem por finalidade complementar os elementos técnicos, e juntamente com as especificações técnicas, memória de cálculo de quantitativos, orçamento básico, cronograma físico-financeiro e determinar elementos técnicos para elaboração dos projetos de pavimentação em paralelepípedo na Rua: RUA COSME HENRIQUE DE SOUZA, RUA ANTONIO DE PÁDUA DANTAS , RUA JOÃO RAMALHO DE FREITAS, RUA FELIPE TOMAZ DA COSTA, RUA MANOEL CALUETE DA SILVA, RUA ASSIS BOMFIM, RUA JOSEMAR FREITAS DA COSTA, em Maturéia - PB.

2.0-JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Existe insuficiência de recursos próprios para alocação em serviços e obras de infraestrutura das vias urbanas que, em muitos casos não possuem pavimentação precisando da intervenção imediata e eficaz no sentido de melhorar o acesso e qualidade de vida dos moradores destas áreas.

Esses investimentos que aqui se justificam permitirão que ali sejam feitos melhoramentos nos corredores de transportes urbaos, facilitando os serviços de coleta de resíduos sólidos e de deslocamento da população.

SEINFRA-Secretária de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos

Josivan Gomes Marques  
ENG. CIVIL E ENGENHEIRO DE TRABALHO  
CREA-TERRACOSTA-CPF.042.876.244-82



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA-PB**

Assim, com base no acima exposto foram projetadas vias com revestimento em paralelepípedos com altura de 10,00cm e colchão de areia de 10,00cm de altura.

### **3.0-ESTUDOS REALIZADOS**

#### **3.1-ESTUDOS TOPOGRÁFICOS**

Com a finalidade de coletar dados para elaboração do projeto, foram elaborados estudos topográficos constando de locação do eixo da via, nivelamento e contra nivelamento e seções transversais do eixo locado.

##### **3.1.1-Locação do eixo**

A locação do eixo obedeceu ao processo de estaqueamento usual com estacas de 20,00 em 20,00 metros e intermediária de 5,00 a 10,00 metros nos desenvolvimentos de curvas e em pontos característicos com cruzamento de vias, cercas, lihas de transmissão e outros tipos de transposições julgadas necessárias a elaboração do projeto. Para locação foram utilizados piquetes de madeira de lei com estacas testemunhas em todos os pontos locados. As estacas intermediárias foram designadas pela mesma numeração da estaca anterior mais a distância em metros. A locação das curvas seguiu o processo das deflexões sobre as tangentes.

##### **3.1.2-Nivelamento e Contranivelamento**

*SEINFRA-Secretária de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos*

*WILSON GOMES NETO  
ENGENHEIRO DE 2ª CLASSE  
PÚBLICA - Nº 14.184/MAT-PE-001/87-264-02*



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA-PB**

O nivelamento e contranivelamento do eixo locado foram elaborados pelo processo geométrico utilizando-se nível automático de luneta de precisão +/- 2,00mm/km. Foram nivelados e contra-nivelados todos os piquetes locados (estaca inteira e intermediárias), partindo quando possível de uma referência de nível oficial.

### **3.1.3-Seções Transversais**

Para o nivelamento das seções transversais utilizou-se também processos de nivelamento geométrico com nível automático de com precisão de 2,00mm/km e medidas de trena observando-se todas as variações de relevo ocorridas no terreno assim com a ocorrência de matações e grandes blocos de rocha.

## **4.0-RELATÓRIO DOS PROJETOS**

### **4.1-Projeto Geométrico**

O projeto geométrico foi elaborado de forma que permitisse o máximo de aproveitamento da situação atual das vias existentes, procurando-se adaptar o greide projetado ao revestimento primário atualmente existente observando-se as soleiras das casas e às condições favoráveis de drenagem. No projeto de execução, serão apresentados desenhos em plantas e em perfil nas escalas 1:750, 1:500 e 1:100 respectivamente. Em planta indica-se a poligonal de locação e em perfil os elementos básicos do greide tais como: estaqueamento dos elementos verticais, cotas, rampas, comprimento de curvas verticais flechas das parábolas, assim como os pontos principais das curvas verticais.

As cotas do greide projetado referem-se à plataforma final do pavimento, obtida após a execução final do revestimento, dessa forma se faz necessário, para execução da camada de terraplenagem, a redução da espessura da camada de revestimento.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA-PB**

Nas notas de serviço, será apresentado o número de estaca, cota do terreno no eixo (0,00) e os afastamentos a partir do eixo (off-set) e suas respectivas cotas.

#### **4.1.2- Projeto de Terraplenagem**

O projeto de terraplenagem foi desenvolvido a partir do projeto geométrico, procurando-se soluções adaptadas às condicionantes locais de forma a obter-se um mínimo de movimento de terras.

A camada final de terraplenagem deverá ser executada obedecendo-se as especificações de reforço do subleito, afim de obter-se um CBR compatível com o dimensionamento do pavimento além de atender a um controle geométrico adequado à sua finalidade.

#### **4.1.3-Projeto de Pavimentação**

Tendo-se em vista que são vias de pequeno volume de tráfego (leve), optou-se pela solução de pavimentação em paralelepípedos em pedra granítica.

##### **4.1.3.1-Dimensionamento (peltier)**

Espessura total do pavimento (HT):

$HT = (100 + 150 \times p^{1/2}) / (CBR + 5)$ ; sendo  $p = 4,10T$  (Cargapor roda) e  $CBR \geq 15$   
 $\leftrightarrow HT = 20,00cm$ .

Teremos uma pavimentação conforme abaixo:

**Revestimento:** Paralelepípedos (bloco rígido de pedra granítica) assentados sobre colchão de areia, numa espessura total de 20,00cm (paralelepípedo + colchão de areia).

**Regularização:** Até 0,20m de espessura com remoção ou não de material.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA-PB

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE MATERIAIS E SERVIÇOS  
OBRA PAVIMENTAÇÃO COM PARALELEPIPEDOS

**Objetivo**

Especificação de serviço define os critérios que orientam a execução de pavimentação com paralelepípedos em obras rodoviárias sob jurisdição do DER/PB.

**Definição e generalidades**

Paralelepípedos são peças prismáticas obtidas de rocha com dimensões limitadas e que possui formato de paralelepípedo retângulo.

**Materiais**

**Rocha**

A rocha deverá ser homogênea, sem fendilhamento sem alterações, possuir boas condições de dureza e de tenacidade e apresentar um desgaste Abrasão Los Angeles (DNIT-ME 35/64) inferior a 40% sendo as rochas graníticas as mais apropriadas.

**Blocos de pedra**

Os paralelepípedos devem se aproximar o mais possível da forma prevista com faces sem saliências nem reentrâncias acentuadas e com arestas em linhas retas perpendiculares entre si. Os limites das dimensões dos paralelepípedos são os seguintes:

Largura (cm)	Comprimento (cm)	Altura (cm)
14 a 17	17 a 23	11 a 14

**Guias (meio-fio)**

As guias de pedra ou concreto simples devem ter as seguintes dimensões:



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA-PB**

Largura (cm)	Comprimento (cm)	Altura (cm)
10 a 15	80 a 100	40 a 50

Quando a guia for de concreto simples esta deverá, apresentar uma resistência mínima aos 28 (vinte e oito) dias de  $R_c \geq 15\text{Mpa}$ .

### Areia

A areia a ser utilizada para o cochão de areia onde os blocos de pedras serão apoiados poderá ser de rio ou de campo. A mesma deverá ser constituída de partículas limpas, duras e duráveis, apresentar índice de plasticidade igual a zero e conter as seguinte granulométrica:

Peneiras		% Passando, em peso
ASTM	Mm	
Nº 4	4,800	100
Nº80	0,160	20 - 30
Nº200	0,074	4 - 15

Essa areia poderá ser empregada no rejuntamento dos blocos de pedra.

### Equipamentos

Todo equipamento deverá ser cuidadosamente inspecionado pela Fiscalização, devendo dela receber aprovação sem o que não será dada autorização para o início dos serviços. O equipamento mínimo é o seguinte:

- ✓ Motoniveladora;
- ✓ Rolo liso metálico autopropulsor, com peso de 10 a 12 toneladas;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA-PB**

- ✓ Ferramentas manuais: pá, nível de bolha, martelo de calceteiro, gabarito transversal, ponteiro de aço, linha de nylon, vassoura, soquete manual com peso mínimo de 35kg e regadores de bico de pato.

### **Execução**

Antes do início do trabalho de pavimentação com paralelepípedos, todas as obras de terraplenagem, de bueiros, drenagem profunda, a regularização e estabilização da camada que servirá de base (geralmente uma camada de sub-base), deverão estar concluídas.

### **Assentamento dos meios-fios (guias)**

A escavação da vala para assentamento dos meios-fios deverá obedecer ao alinhamento, perfil e dimensão estabelecida no projeto. O fundo da vala deverá ser regularizado e apiloado, deixando-o na cota desejada. Os meios-fios serão rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. O material escavado da vala deverá ser repostado e apiloado ao lado da guia após o assentamento da mesma.

### **Colchão de areia**

A areia satisfazendo as especificações deverá ser transportada em caminhão basculante, enfileirados na pista e espalhadas regularmente na área contida pelos meios-fios, devendo a camada ficar com espessura de 7cm a 10cm.

### **Colocação das linhas de referência**

*SEINFRA-Secretária de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos*

*Josivan Gomes Marques*  
SINDICATO NACIONAL DE EMPREGADOS DO TRABALHO  
C/PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA-PB**

Ao longo do eixo da pista cravam-se ponteiros de aço com espaçamento máximo entre 5 e 10m, nestes ponteiros, marca-se então, com giz usando-se uma régua e nível de pedreiro, uma cota tal que, referida ao nível da guia, dê a seção transversal correspondente ao abaulamento estabelecido pelo projeto. Em seguida estende-se um cordel pela marca de giz, de ponteiro a ponteiro e um outro de cada ponteiro às guias, normalmente ao eixo da pista. Entre o eixo e a guia, outros cordéis devem ser estabelecidos, sobre os cordéis transversais, com espaçamento, não superiores a 2,50m. Terminada a colocação dos cordéis inicia-se o assentamento dos paralelepípedos.

### **Assentamento dos paralelepípedos**

Os paralelepípedos são assentados, sobre a camada da base de areia previamente espalhada, normalmente ao eixo da pista, obedecendo ao abaulamento estabelecido pelo projeto. Em geral, este abaulamento será representado por uma parábola, cuja flecha é  $1/65$  da largura do calçamento. A junta dos paralelepípedos deverão ser comprimidos com o soquete manual. Este assentamento poderá ser em trechos retos, em função de trechos, em alargamentos para estacionamento, em curvas, cruzamento e em entroncamentos.

### **Trechos retos**

Inicia-se com o assentamento da primeira fileira, normal ao eixo, de tal maneira que uma junta coincide com o eixo da pista. Sobre a camada de areia, assentam-se os paralelepípedos que deverão ficar colocados de tal maneira que sua face superior fique cerca de 1 cm acima do cordel. Em seguida, o calceteiro, com um martelo golpeia o paralelepípedo, de modo que traga a sua face superior ao nível do cordel. Terminado o assentamento deste primeiro paralelepípedo, o segundo será colocado ao seu



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA-PB**

lado, tocando-o ligeiramente e formando, pelas irregularidades de suas faces uma junta. O assentamento deste será idêntico ao primeiro. A fileira deverá progredir do eixo da pista para o meio-fio, devendo terminar junto a este. O paralelepípedo, junto da guia, pode ser mais comprimido que o comum, em vez de colocar um paralelepípedo de dimensões comum coloca-se um paralelepípedo mais um pedaço de paralelepípedo.

A segunda fileira será iniciada colocando-se o centro do primeiro paralelepípedo sobre o eixo da pista. Os demais paralelepípedos são assentados como os da primeira fileira.

A terceira fileira deverá ser assentada de tal modo que a sua junta fique no prolongamento das juntas da primeira fileira, os da quarta fileira no prolongamento dos da segunda e assim por diante.

Deve-se ter o cuidado de empregar paralelepípedos de larguras aproximadamente iguais numa mesma fileira. As juntas longitudinais e transversais não deverão exceder 1,5cm.

### **Junção de trechos retos**

Quando se tiver que fazer a junção de tais trechos retos de paralelepípedos, executados separadamente de modo que suas fileiras não se apresentem perfeitamente paralelos formando assim um triângulo, procede-se do seguinte modo: arranca-se certo comprimento de paralelepípedos e escolhem-se os maiores, colocando-se os mesmos no trecho onde o espaçamento é maior. Devem-se arranjar as fileiras de tal modo que se a colocação de paralelepípedos com formato triangular.

### **Compressão**

As pedras sob a camada de areia devem ser batidas inicialmente com compactador manual tipo placa vibratória ou soquete manual tipo maço.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA-PB**

Terminada a compressão o excesso de areia sobre o calçamento é retirado com vassouras. Se o calçamento for receber um revestimento asfáltico, além da varredura, deve-se lavar a pista com passada rápida do carro pipa antes da execução da pintura de ligação do calçamento com revestimento.

### **Rejuntamento**

A junta dos paralelepípedos é rejuntada com cimento Portland. Com argamassa de cimento e areia lavada no traço 1:3

### **Entrega ao tráfego**

Para o caso de rejuntamento com o cimento portland, o tráfego só deverá ser liberado após 30 (trinta) dias de sua construção.

## **CONTROLE**

### **1- CONTROLE DE MATERIAIS**

#### **Areia**

Dois ensaios granulométrica (DNIT-ME 80/64), limite de liquidez (DNIT-ME 122/87) e limite de plasticidade (DNIT-ME 82/68) com amostras das primeiras carradas de areia que chegar na pista. A areia que não obedecer às especificações será rejeitada, com ônus para a Contratada.

Repetir os ensaios, todas as vezes que mudar a fonte da areia, ou quando houver mudança visual na areia da fonte de utilização ou quando a Fiscalização achar conveniente.

*Josivan Gomes Marques*  
ENG. CIVIL - E ENG. DE OBRAS DE TRABALHO  
CREA-1188434576-CPE-042.873.244-62



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA-PB**

Por inspeção visual, a Fiscalização fará rejeição da areia que apresentar contaminação com materiais impróprios para o colchão de areia.

**Blocos de pedras e meios-fios**

As medições dos blocos de pedras serão controladas por medições diretas com trenas. Numa mesma fileira será tolerada no máximo 10% dos blocos de pedras com qualquer das dimensões fora dos limites especificados. As dimensões dos meios-fios serão controladas diretamente por medições com trena. Os meios-fios que não apresentarem as dimensões, dentro dos limites especificados serão rejeitados. Por inspeção visual, a Fiscalização fará a rejeição dos blocos de pedras ou dos meios-fios que apresentarem depressões ou saliências acentuadas nas faces, ou outra deformação prejudicial à qualidade do calçamento.

**Controle de compressão**

As rolagens com rolo compressor só serão suspensas após a constatação visual da ausência de deformações ou acomodações, verificados pelo acompanhamento do rolo em duas passadas em toda área a ser liberada.

*Josimar Gomes Marques*  
ENG. CIVIL E ENGENH. DE SEG. DO TRABALHO  
CREA: 16864575-0/PE-02.875.244-02



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA-PB**

## **2-CONTROLE GEOMÉTRICO**

### **A- Alinhamento e perfil dos meios-fios**

O perfil dos meios-fios será controlado por nivelamento, com base na rede de RN's nos pontos correspondentes a cada estaca. Para o alinhamento e também para o perfil, serão tolerados desvios máximos de 2cm em relação ao projeto.

### **B- Controle de espessura da camada**

A espessura da camada será controlada por nivelamento do eixo e bordos, por estaca, antes e depois da execução do calçamento.

#### **Tolerâncias:**

- ✓ Para valores individuais de espessura, o intervalo  $(h - 2)\text{cm}$  a  $(h + 4)\text{cm}$ , sendo  $h$  a espessura de projeto;
- ✓ Para a espessura mínima estatística do segmento a ser controlado,  $h_{\min} \geq (h - 1)\text{cm}$ , calculando se  $h_{\min}$  segundo Anexo I fórmula 05.

Não será tolerado nenhum valor individual de espessura fora do intervalo especificado e de espessura mínima estatística inferior a espessura do projeto em mais de 1 cm. O serviço não aprovado deverá ser refeito com todos os ônus da Contratante.

  
**Josivan Gomes Marques**  
ENG. CIVIL E ENG. DE SEG. DO TRABALHO  
C.R.E. 15904/1578 - CPF. 042.875.204-62



*Construindo uma nova história*

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE DESENTRANHAMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2020**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020**

**DO OBJETO:** Contratação de empresa para execução de infraestrutura de pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas do município de Matureia - PB, conforme especificações no edital e seus anexos.

Nesta data reúne-se a Comissão Permanente de Licitação para proceder o desentranhamento de documentos intitulado-Justificativa Técnica de Reprogramação constante nas páginas 27 e 28 que consta no projeto do calçamento da solicitação de abertura do processo licitatório, bem como o mesmo documento intitulado-Justificativa Técnica de Reprogramação constante no Anexo I do edital Tomada de Preços nº 004/2020 acima descrito, que compreende as folhas 93 e 94, por não se referirem ao Assunto do presente processo, tendo sido juntadas indevidamente.

As folhas desentranhadas foram 27 à 28 e 93 à 94, o qual será devolvida ao setor requisitante, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano.

A decisão agora emitida, não interfere em nada na elaboração da proposta de preços ou no andamento e legalidade do processo licitatório.

MATUREIA-PB, 12 de agosto de 2020.

  
**PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE DA CPL**

  
**AMADO BATISTA T. DOS SANTOS  
MEMBRO DA CPL**

  
**JOSÉ JACKES R. DO NASCIMENTO  
MEMBRO DA CPL**

**DE ACORDO**

  
**JOSÉ PEREIRA DE FREITAS DA SILVA  
PREFEITO**



# PLANO DE COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS – ENTULHOS

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDOS DE DIVERSAS  
RUAS NO MUNICÍPIO DE MATUREIA - PB





## INTRODUÇÃO

O município de Matureia localiza-se na Mesorregião do Sertão Paraibano e na Microrregião da Serra do Teixeira, possui uma área de 83.71 Km<sup>2</sup>. Limita-se com o Estado de Pernambuco e com os municípios de Teixeira (15 km), Mãe d'Água (7 km) e Imaculada (19 km). A temperatura média anual desse município oscila em torno de 26°C. Apresenta uma vegetação de Caatinga arbórea (Mata Serrana) e sua população é de 5 939 de acordo com o Censo 2010, realizado pelo IBGE. As atividades econômicas existentes no município são basicamente, agricultura, pecuária e comércio, seu IDH é de 0.553.

## SOBRE OS ENTULHOS E RESÍDUOS DE OBRAS

Os entulhos e resíduos de obras são um verdadeiro problema para quem vai reformar, demolir ou construir. Quase sempre os restos vão parar em ruas ou terrenos, e até mesmo quando acha-se que está fazendo o correto, depositando o entulho em caçamba, não temos a garantia de que o material será descartado de maneira ecologicamente correta.

Além disso, as caçambas ocupam grandes espaços nas vias públicas, não são em todos os locais que podemos deixá-las ao nosso dispor, o custo é elevado e, quase sempre, diversas pessoas utilizam a sua caçamba e te deixam sem espaço.

## DESCARTE DE ENTULHO E RESÍDUOS DE OBRAS - O QUE PODE SER DESCARTADO

Entulho, concreto, cerâmica, mármore, e os demais resíduos provenientes de reformas, construções ou demolições. Todo o material deve ser devidamente retirado das vias públicas, como também dos terrenos adjacentes ao local da obra. É recomendado para pessoas que realizam pequenas obras, como por exemplo, a reforma do banheiro, troca de pisos da sala, troca de azulejos da cozinha, entre outros, a



*Construindo uma nova história*

utilização de sacolas para o armazenamento dos materiais provenientes da obra em questão.

### **ONDE SERÁ DESCARTADO O ENTULHO E RESÍDUOS DE OBRAS**

Para evitar que os aterros sejam ocupados por este tipo de material, a reciclagem será feita com o intuito de devolver a maior quantidade possível de matéria prima à construção civil. A preocupação com a destinação inadequada desses produtos é um fator primordial para execução das tarefas. Por este motivo, a Prefeitura Municipal dispõe de um sistema de cobrança de tarifa para recolhimento dos resíduos de obra, por onde através do qual irá fornecer o maquinário necessário para realizar o serviço de Logística Reversa e facilitar o descarte dos resíduos de obras para pequenas obras como: Enchimento de Alicerce, recuperação de estradas vicinais, entre outros.

É importante ressaltar que esse tipo de resíduo, que apesar de possuir pretensão mínima, não deve ser descartado em lixeiras comuns e embrulhá-lo em jornais ou plásticos não ajuda em nada o processo. Com a crescente preocupação do governo e de empresas com o descarte de restos de obras, estão sendo criadas normas e programas de incentivo às empresas, para que elas efetuem a coleta dos resíduos de obras.

### **EQUIPAMENTO QUE SERÁ UTILIZADO**

A Prefeitura Municipal disponibilizará o equipamento necessário para a remoção dos resíduos, eventualmente gerados, durante a execução das obras, como: Caçamba, Enchedeira, Caminhão, entre outros, de acordo com a necessidade apresentada em questão, como também se compromete em executar tais serviços de coleta mediante a comprovação do pagamento da taxa mínima estipulada para o recolhimento dos resíduos, conforme descrito na Lei Municipal.

Josivan Gomes Marques  
ENGR. CIVIL E ENGR. DE SEG. DO TRABALHO  
CREA-3600434576-CPF.042.875.244-62

**Josivan Gomes Marques**  
**Engenheiro Civil**



**ANEXO II – MODELO RESUMO PROPOSTA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020**

À  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA DE MATUREIA - PB

**REF: TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020**  
OBJETO: .....

Prezados Senhores,

Pela presente submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, declarando que:

a) Executaremos a Obra de infraestrutura de pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas do município de Maturéia/PB, conforme especificações no edital e seus anexos, pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), conforme Planilha Orçamentária de Preços em anexo.

b) O prazo máximo de execução dos serviços é de \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias, a contar do recebimento da ordem de serviço, conforme cronograma de execução físico-financeiro, em anexo. Assumimos inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação desta.

c) Manteremos válida a proposta pelo prazo de \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias corridos, contados da data da sua apresentação.

d) Utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica e administrativa que forem necessárias para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e de pessoal desde que assim o exijam a FISCALIZAÇÃO.

e) Na execução das obras observaremos, rigorosamente, as especificações das Normas Técnicas Brasileiras, ou similares que permitam a obtenção de igual qualidade, bem como as recomendações e instruções da Fiscalização assumindo desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as Especificações, Normas e Padrões da PREFEITURA.

Local e data

Atenciosamente,

Assinatura do Titular Legal da Firma  
Nome Função



**TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020**

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO Nº**                    /2020

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE **MATUREIA** E A EMPRESA ..... , PARA EXECUTAR OBRAS DE .....

O MUNICÍPIO DE MATUREIA, entidade de Direito Público Interno, Órgão de Regime Jurídico Único, sediada à Rua Praça José Alves da Costa, 75, Centro, MATUREIA - Estado da Paraíba, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 01.612.689/0001-78, representada neste ato pelo Senhor Prefeito municipal José Pereira Freitas Da Silva, CPF: ?????? e Identidade: ????, Doravante denominada de **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa ....., pessoa jurídica de Direito Privado, com sede na Rua ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ nº ....., por seu representante legal, ....., RG nº ....., CPF sob o nº ....., doravante denominada **CONTRATADA** celebram o presente **CONTRATO, TOMADA DE PREÇOS nº 004/2020**, tipo menor preço, regime de execução conforme art. 10 da Lei 8.666/93 (emprego preço UNITARIO). O presente contrato obedecerá, integralmente as disposições da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações, e demais Legislações pertinentes à matéria, sob as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. – O objeto do presente CONTRATO é a ..... Conforme planilha e proposta em anexo.

1.1.1. O objeto será executado nas Ruas :

Rua Cosme Henrique de Souza, Rua Antônio de Pádua Dantas, Rua João Ramalho de Freitas, Rua Felipe Tomaz da Costa, Rua Manoel Caluete da Silva, Rua Assis Bonfim, Rua Josemar Freitas da Costa.

1.2 – As obras e serviços deverão atender às normas, especificações e métodos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e condições expressas neste instrumento, proposta, especificações técnicas.

1.3. A responsabilidade pela qualidade da obra, materiais e serviços executados e fornecidos e da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

2.1. Os prazos para início e conclusão dos serviços ora contratados serão de:

a) (02) dois dias úteis para o início da obra, após emissão da Ordem de Serviços;  
b) (120) cento e vinte dias para conclusão, contados da expedição da primeira Ordem de Serviços.

c) (150) cento e cinquenta dias da vigência do contrato, contados da expedição da primeira Ordem de Serviços.



### *Construindo uma nova história*

Parágrafo 1º - Os prazos parciais ou totais poderão ser prorrogados nos seguintes casos:

- a) Por ocorrência de circunstâncias imprevisíveis, prejudiciais ao normal desenvolvimento dos trabalhos, caracterizado como caso fortuito ou força maior;
- b) Pelo não cumprimento, por parte da **CONTRATANTE**, de obrigações contratuais que interfiram diretamente no andamento da obra;
- c) Por suspensão temporária da obra pela **CONTRATANTE**;
- d) Por eventual alteração substancial do projeto.

Parágrafo 2º - Ocorrendo uma das hipóteses acima, deverá a CONTRATADA, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir de sua verificação, endereçar à CONTRATANTE, os necessários pedidos de

alterações de prazos, devidamente documentados, para julgamento de sua procedência, ficando a decisão final a critério da CONTRATANTE.

2.2. – O objeto contratual poderá ser acrescido ou reduzido de acordo com o disposto no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93. A duração do Contrato obedecerá ao disposto no artigo 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

3.1. – A CONTRATANTE pagará, à CONTRATADA o valor de R\$ ..... (.....), em moeda corrente nacional, conforme execução dos serviços.

3.1.1. O pagamento dos serviços será efetuado conforme autorização e liberação da concedente do recurso, com base em medição devidamente aprovadas, que será atestada pelo engenheiro da fiscalização da PREFEITURA;

3.1.2. A medições apresentadas da execução dos serviços, deverá estar acompanhado com:

1. BOLETIM MEDIÇÃO, devidamente atestada pelo engenheiro fiscal. Impressa de acordo com padrões do ÓRGÃO CONTRATANTE de acordo com cronograma físico-financeiro, relativo à parcela faturada. (Conferir sempre se os serviços faturados, correspondem aos serviços verificados pelo Relatório de Vistoria de Obras que acompanha o processo).
2. MEMÓRIA DE CÁLCULO, devidamente atestada pelo engenheiro fiscal.
3. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO de cada etapa (devidamente datado)
4. NOTA FISCAL DOS SERVIÇOS, devidamente preenchida com os dados do destinatário (Nome, CNPJ, Endereço) e atestado pelo engenheiro fiscal. Deverá ter indicação a qual medição se refere e do processo licitatório, do nº contrato firmado. Quando tratar-se de Convênios deve ter: NUMERO CONVENIO, ANO, PROGRAMA, OBJETO CONVENIO.
5. RECIBO - Discriminativo com todos os dados da Empresa, impresso próprio ou papel timbrado.
6. CONTRATO – Anexar cópia do Contrato da Obra (apenas na primeira medição);
7. ADITIVOS DE CONTRATO – Anexar cópia de Termo Aditivo ao Contrato, se



*Construindo uma nova história*

houver;

8. ART de execução, emitida pelo CREA;
  9. Juntamente com a primeira medição, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula no Cadastro Nacional de Obras (CNO), conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.845 de 2018.
  10. PROVA DE PAGAMENTO DO PESSOAL – Folha de pagamento ou outro comprovante de pagamento, assinado pelos funcionários e devidamente autenticada em Tabelionato, referente ao período de medição;
  11. PROVA DE RECOLHIMENTO JUNTO AO INSS – Recolhimentos vinculados à Matrícula da Obra, devidamente autenticado em Tabelionato, GPS–Guia de Recolhimento Social; No caso da Empresa optar por retenção dos Encargos Previdenciários, deverá ser especificado no corpo da Nota Fiscal, desmembramento de materiais e mão-de-obra (este nunca inferior a 30,00% do valor da N.F.), e o destaque "Nota Fiscal sujeita à retenção de encargos previdenciários, conforme Instrução Normativa emitida pelo INSS";
  12. PROVA DE RECOLHIMENTO JUNTO AO FGTS – Recolhimentos vinculados ao CNPJ da Empresa, devidamente autenticado em Tabelionato, - GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social;
  13. CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS – CRF - Certidão Negativa de Débitos da Empresa junto ao FGTS, em plena validade;
  14. PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA NACIONAL, relativos aos Tributos federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito d procuradoria da Fazenda Nacional.
  15. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA ESTADUAL (relativa ao ICMS), do domicílio sede da licitante,
  16. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede da interessada.
  17. PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *(Incluído dada pela Lei nº 12.440, de 7.7.2011 – DOU de 8.7.2011 - Vigência: 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação desta Lei).*
- 3.2. - Os serviços serão medidos, que para efeito de faturamento e cobrança, conforme execução das atividades repassadas à Contratada, a contar da apresentação da nota fiscal, devidamente confirmada pela Secretaria de Desenvolvimento, que ficará responsável pela fiscalização da obra. Se o término deste prazo coincidir com um dia sem expediente na Prefeitura, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediato a este.
- 3.3.– Juntamente com a primeira medição, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.
- 3.4. A Contratante terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade



### *Construindo uma nova história*

das atividades executadas, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

3.5. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.

3.6. - A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto no Edital, deverá ser retificada/substituída/complementada sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para a Contratante.

3.7. No caso do não cumprimento do prazo estabelecido acima, as faturas serão atualizadas financeiramente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, publicado pela revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas), calculado "pró-rata die", considerando-se o mês do efetivo pagamento e o mês da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada;

3.8. A fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento elaborará quinzenalmente a medição dos serviços efetuados.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO**

4.1. - A fiscalização do Contrato será exercida pela Secretaria de Desenvolvimento através dos técnicos e/ou outros profissionais indicados pela CONTRATANTE.

4.2. - A fiscalização poderá proceder qualquer determinação que seja necessária o perfeito execução dos serviços, inclusive terá poderes para supervisionar a execução dos serviços e especialmente para:

4.2.1 - Sustar os trabalhos de qualquer parte do projeto, sempre que considerar a medida necessária à boa execução da Obra;

4.2.2. - Recusar qualquer trabalho ou material que esteja em desacordo com os padrões exigidos pelas especificações, desenhos e demais documentos que fazem parte do presente CONTRATO;

4.2.3.- Decidir, por parte da CONTRATANTE, todas as questões que se levantarem no campo durante o andamento das obras;

4.2.4. - Entrar, em qualquer tempo, nos canteiros das obras;

4.2.5. - Definir, com o representante da CONTRATADA, em caso de força maior, alterações de seqüência dos trabalhos que forem julgados necessários ou convenientes.

4.3. - A fiscalização de que tratam os subitens anteriores não isenta a CONTRATADA das responsabilidades assumidas com a celebração do Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

5.1. - Disponibilizar o número mínimo de operários indicados no projeto básico nas unidades de serviço e nos horários definidos pelo mesmo.

5.2. - Todos os defeitos, erros, danos, falhas e quaisquer outras irregularidades ocorridas durante a execução das obras e provenientes de dissídio, negligência, má



### *Construindo uma nova história*

execução dos serviços ou emprego de mão-de-obra de qualidade inferior, refeitos pela CONTRATADA, exclusivamente à custa, dentro do prazo estabelecido pela CONTRANTE.

5.3. - Manter seus funcionários sempre identificados e uniformizados durante a execução dos serviços.

5.4. - Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus funcionários em serviço, causados a terceiros ou a CONTRATANTE, mesmo quando utilizando equipamentos da CONTRATANTE.

5.5. - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes do contrato.

5.6. - Manter nas frentes de serviço pessoa autorizada a atender e fazer cumprir as determinações dos fiscais do MUNICÍPIO.

5.7. - Sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela fiscalização da Secretaria de Desenvolvimento Humano na execução dos serviços.

5.8. - Além das disposições acima, a empresa contratada estará sujeita às seguintes obrigações:

5.8.1. - Cumprir com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da CF/88, de acordo com a lei n.º 9.854/99, (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos).

5.8.2. - informar imediatamente a Secretaria de Desenvolvimento verbalmente e por escrito, quaisquer problemas ocorridos durante a execução dos serviços

5.8.3. - Atender as solicitações da Secretaria de Desenvolvimento ou da fiscalização, de fornecimento de informações de dados sobre os serviços, dentro dos prazos estipulados.

5.8.4. - Cumprir integralmente o disposto no projeto básico.

5.8.5. - A Contratada deverá cumprir todas as disposições legais pertinentes a segurança do trabalho às quais estão sujeitos contratos de trabalho regidos pela CLT, independente pelo seu quadro de pessoal enquadrar-se nesta situação.

5.9. O contratado deverá permitir o livre acesso de servidores da Prefeitura de MATUREIA e do órgão concedente dos recursos, bem como dos órgãos integrantes do sistema de controle interno e externo a qual esteja subordinados a Prefeitura e o Ministério aos documentos e registros contábeis da empresa contratada no que concerne a execução dos serviços vinculados a contratação em tela.

5.10. Manter, no canteiro do serviço, um relatório de ocorrências diárias, devidamente, numeradas e rubricadas pela FISCALIZAÇÃO em três vias, (empresa fiscalizadora, PM Matureia, processo) denominado LIVRO DIÁRIO DE OCORRÊNCIAS, onde serão registrados os fatos relativos à marcha dos serviços, inclusive as ordens, instruções e reclamações da FISCALIZAÇÃO. As anotações e as assinaturas do Engenheiro da CONTRATADA e do FISCAL deverão ser feitas e encaminhadas, mensalmente, a PM Matureia;

5.11. Manter durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Caberá ao CONTRATANTE:

6.1 - Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;

6.2. Notificar à Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato; e por qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o





### *Construindo uma nova história*

- que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- 6.3. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel cumprimento do contrato;
- 6.4 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da licitante vencedora;
- 6.5 - acompanhar e fiscalizar o andamento da obra,
- 6.6 - autorizar quaisquer serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido a CONTRATANTE através de sua equipe técnica e aprovado pela Administração, desde que comprovada a necessidade deles;
- 6.7 - rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelo município ou com as especificações constantes do Edital e seus anexos.
- 6.8 - solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes do nos Projetos e anexos do Edital de Licitação.

### **CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES**

7.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

7.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

7.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

7.2.2. multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

7.2.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.2.3. multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

7.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

7.2.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;



### *Construindo uma nova história*

- 7.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- 7.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.
- 7.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.
- 7.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 7.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 7.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

#### **7.9. Aplicação**

- 7.9.1. Pelo descumprimento das obrigações assumidas, o licitante estará sujeito as seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a prévia defesa, ficando sob responsabilidade da PREFEITURA.
- 7.9.2 - MULTAS POR ATRASO CONTRATUAL: A multa global será calculada pela seguinte fórmula:

$$M = (0,01V / P) \times N$$

Onde:

M = Valor da multa em Reais;

V = Valor inicial do contrato em Reais reajustado;

P = Prazo contratual de execução, em dias corridos;

N = Números de dias corridos que exceder a data contratual marcada para entrega dos serviços, devendo no caso existir prorrogação, a contagem ser feita após a data da referida prorrogação.

- 7.9.3. - A multa, dependendo da PREFEITURA, poderá ser aplicada parcialmente, isto quando houver atraso na execução das parcelas, onde o valor de N, seria o



### *Construindo uma nova história*

número de dias corridos que exceder a data de término da referida parcela, cronograma físico-financeiro da proposta e V o valor atualizado da parcela.

7.9.4. O descumprimento do prazo na implantação dos serviços, bem como as infringências das obrigações contratuais ensejará a aplicação de multas moratórias.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS EQUIPAMENTOS**

8.1. A CONTRATADA compromete-se a reforçar seus equipamentos, seja espontaneamente, seja atendendo a pedido da CONTRATANTE, se ficar evidenciada a insuficiência dos equipamentos colocados na obra para cumprimento dos prazos contratuais ou em obediência às Especificações Técnicas.

Parágrafo Único – A complementação do equipamento em qualquer das hipóteses será feita sem ônus à CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA NONA – DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS E DA RETOMADA DOS SERVIÇOS**

9.1. A CONTRATANTE poderá em qualquer ocasião, suspender definitivamente ou temporariamente, no todo ou em parte, o serviço objeto do presente CONTRATO, através de comunicação por escrito à CONTRATADA.

9.2. Se a suspensão total ou parcial da obra, resultado de ato de vontade da CONTRATANTE, vier a prejudicar comprovadamente à CONTRATADA, poderá este, considerar rescindido o presente CONTRATO, caso em que se aplicará o disposto no título XIII, Artigo 47, sem que caiba à CONTRATADA direito de qualquer outra indenização ou acréscimo.

9.3. A CONTRATADA, após recebido o aviso de suspensão deve:

1 – Suspender os trabalhos na data fixada pelo aviso, e durante determinado por ele.

2 – Não emitir novas ordens ou sub - contrato para aquisição de materiais, serviços ou facilidades relacionados com os trabalhos suspensos, durante o tempo requerido pelo aviso.

3 – Fazer todo o esforço possível para obter a suspensão, em termos satisfatórios à CONTRATANTE, de todas as ordens, sub - contrato e contratos de aluguéis para o tempo que for determinado pelo período de suspensão.

4 – A menos que especialmente determinado de outra maneira no aviso, a CONTRATADA deve continuar a ser responsável pelas obras, incluindo as partes nas quais os trabalhos foram suspensos, não cessando, no entanto, as obrigações da CONTRATANTE, inclusive com o pagamento dos encargos com a manutenção da paralisação à CONTRATADA, enquanto perdurar a paralisação.

9.4. Após o recebimento do aviso por parte da contratante, para retornar os trabalhos suspensos, a CONTRATADA, deve imediatamente fazê-lo dentro do prazo no aviso. Qualquer reclamação por parte da CONTRATADA, pela extensão do prazo que resultar da suspensão, deverá ser feita imediatamente à CONTRATANTE. Dentro do prazo de 10 (dez dias) contados do recebimento do aviso de retomada do trabalho, a contratada deverá submeter à aprovação da **CONTRATANTE** um novo cronograma de construção.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO**

10.1. Quando for justificadamente necessário prorrogar o prazo contratual, o mesmo será feito nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93, do prazo inicialmente contratado, sem que seja motivo de qualquer indenização financeira à Empreiteira, embora preservando o equilíbrio Econômico - Financeiro do Contrato.

#### **CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO**

11.1 - Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados conforme os procedimentos: a) O índice de reajuste será o Índice Nacional de Custo da Construção Civil - INCC, da coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, publicada na revista Conjuntura Econômica; b) A data base adotada será MÊS/ANO c) Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:  $R = V \times I - I_0 =$  onde:  $I_0$  - Valor do reajustamento calculado; V - Valor contratual das obras ou serviços a serem reajustados; I - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);  $I_0$  - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente à data base.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ACEITAÇÃO E RECEPÇÃO DA OBRA**

12.1. A recepção da obra será precedida das verificações por parte da CONTRATANTE, para comprovação da perfeita execução e funcionamento de todos os serviços contratados.

12.2. A entrega da obra poderá ser feita parcialmente, à medida que cada parte for concluída.

12.3– Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de conclusão das obras, comprovadamente em pleno e perfeito funcionamento, levar-se á o Termo de Recebimento Definitivo das Obras, sem renúncia, entretanto, do disposto no Código Civil a respeito da empreitada de mão-de-obra. A CONTRATADA deverá acompanhar e facilitar por todos os meios ao seu alcance, a comprovação da perfeita execução de todos os serviços contratados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO:**

13.1 – O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização, nos casos previstos nos artigos 77 e 78, obedecendo, ainda, ao disposto nos artigos 79 e 80 da Lei Federal nº 8666/93.

13.2. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do citado art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a devolução de garantia, aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e ao pagamento do custo da desmobilização.

13.3. - A rescisão de que trata os incisos I a XII e XVII do supracitado artigo, sem prejuízo das sanções descritas na Lei acarretará as consequências previstas nos incisos do art. 80 da Lei nº 8.666/93.



### *Construindo uma nova história*

13.4 - A rescisão administrativa será apreciada e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, atendida a conveniência dos serviços, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços executados.

13.5. - Constituem motivos para rescisão dos contratos:

13.5.1. O não cumprimento ou cumprimento irregular sistemático de cláusulas contratuais, especificações, planos de trabalhos, projetos ou prazos contratuais;

13.5.2. Atraso não justificado na execução dos serviços;

13.5.3 Paralisação da execução dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação ao contratante;

13.5.4 O desatendimento das determinações regulares da fiscalização;

13.5.5 A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

13.5.6 A dissolução da sociedade;

13.5.7 Por razões de interesse público e alta relevância e amplo conhecimento, a contratante poderá promover a rescisão unilateral do contrato mediante notificação por escrito à contratada, que acontecerá com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

13.5.8. A rescisão unilateral dar-se-á, sempre, tomando como termo final do contrato o último dia do mês, após o decurso do prazo determinado no item anterior;

13.5.9. Qualquer que seja o fundamento da rescisão antecipada, responderá a garantia de fiel execução pelas obrigações da contratada, somente sendo liberada mediante comprovação de ter havido a rescisão dos contratos de trabalho do pessoal e satisfeitas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2020 – na unidade orçamentaria 02.080 Secretaria de Desenvolvimento Humano, 15 451 1004 1022 Implantação de Infra-estrutura Urbana, 4490.51 Obras e Instalações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1. As partes elegem o Foro da comarca de TEIXEIRA a que pertencer o município de MATUREIA, para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente CONTRATO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

De conformidade com o disposto no art. 61, § 1º da Lei nº 8.666/93, o presente contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial do Município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA–DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. O valor contratual poderá ser revisto mediante solicitação da Contratada com vista à manutenção do equilíbrio econômico–financeiro do contrato na forma do



*Construindo uma nova história*

artigo nº 65, Inciso II alínea d, da Lei nº 8.666/93, e observados os subseqüentes deste Edital;

17.2. As eventuais solicitações, observado o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto, nos custos do Contrato.

17.3. Este Termo de Contrato, como também seus aditamentos, deverá ser publicado no Jornal Oficial do Município ou Diário Oficial do Estado da Paraíba, na forma do que dispõe o parágrafo primeiro do art. 61, da lei nº 8.666/93.

17.4. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das retidas nos prazos legais.

17.5. O CONTRATO deverá ser registrado no CREA conforme determina a Lei Federal n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, combinado com a Resolução n.º 194 de 22 de maio de 1970 do CONFEA.

E por estarem justos e contratados, mandaram datilografar o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, para um só efeito legal, que assinam com as testemunhas abaixo.

MATUREIA - PB,                      de                      de 2020.

PREFEITO  
CONTRATANTE

CONTRATADO

**Testemunhas:**

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_



TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020

**ANEXO IV– MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(Identificação da Licitação)

.....(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de ..... (Identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado ..... (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item 2.6 letra “d” do Edital ..... (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da ..... (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente ..... (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da ..... (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da ..... (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da ..... (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da ..... (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da ..... (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da ..... (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da ..... (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Matureia antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)



**ANEXO V**

TOMADA DE PREÇOS N° 004/2020

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n° \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador(a) Carteira de Identidade \_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_ Declara, sob às penas da Lei, para fins do Tomada de Preços n° \_\_\_\_/\_\_\_\_, que não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações, e que comunicaremos qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venham alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura e carimbo do licitante**





**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO  
ART. 7º. DA CF/88**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador(a) Carteira de Identidade \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ Declaro, sob as penas da Lei, para fins desta licitação, que cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º. da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação.

"Art.7º, XXXIII, da CF/88 – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos."

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

---



**ANEXO VII - TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020**

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
(MODELO)**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador(a) Carteira de Identidade \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, para fins de participação no Processo Licitatório Modalidade **Tomada de Preços nº 004/2020**, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ (órgão expedidor: \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins legais, ser microempresa / Empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(representante legal, assinatura)



**TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020**

**ANEXO VIII  
EXPERIÊNCIA E DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

À: \_\_\_(Entidade de Licitação)\_\_\_  
Endereço: \_\_\_

Ref.: Proposta para execução das obras do \_\_\_(nome da obra)\_\_\_.

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital nº \_\_\_(inserir o nº)\_\_\_, eu, \_\_\_(nome do profissional)\_\_\_, portador da carteira e registro o CREA número \_\_\_, declaro estar ciente e de acordo com a minha indicação pela empresa \_\_\_(razão social da Empresa Licitante)\_\_\_, como responsável técnico pelos trabalhos objeto da licitação em referência.

Nos termos do edital, informo abaixo a minha experiência:

ITEM Nº	DESCRIÇÃO DA OBRA	Nº REGISTRO NO CREA	EMPRESA EXECUTORA

\_\_\_(Local e Data)\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Profissional  
(nome e assinatura)

\_\_\_\_\_  
Empresa Licitante  
(responsável - nome, cargo e assinatura)  
Programa



**ANEXO IX - LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**

**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES DO LOCAL DA OBRA**

EMPRESA:

ENDEREÇO:

CNPJ Nº

Declaro para os devidos fins e efeitos legais, que o responsável Técnico da empresa acima descrita, o Sr(a) ....., Engenheiro Civil, portador da Carteira do CREA SOB Nº ....., com vínculo de:

( ) sócio da empresa ou ( ) Funcionário com CTPS nº ....., vistoriou o local onde serão realizadas as obras de .....-PB, referente a TOMADA DE PREÇOS nº 004/2020, atendendo plenamente o solicitado no edital para o pleno conhecimento de toda a informação e condições do local para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação.

Matureia-PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA

*DE ACORDO(empresa)*

\_\_\_\_\_  
Nome:

*Engenheiro Civil*



**ANEXO X**

**TOMADA DE PREÇOS N° 004/2020**

**DECLARAÇÃO QUE ASSUME AUTENTICIDADE E VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS.**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n° \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) Carteira de Identidade \_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_ DECLARA que estar ciente das condições da licitação, que assume a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação da licitação, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela CPL;

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(representante legal, assinatura)



**ANEXO XI**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020**

**DECLARAÇÃO QUE EXECUTARÁ A OBRA DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador(a) Carteira de Identidade \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA Que executará as obras de acordo com o projeto de engenharia, as especificações técnicas e as normas da ABNT e demais normas emanadas pela Prefeitura Municipal de MATUREIA/PB, que serão tomadas todas as medidas necessárias para assegurar um controle adequado da qualidade da obra.

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(representante legal, assinatura)



**ANEXO XII**

**TOMADA DE PREÇOS N° 004/2020**

**DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n° \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador(a) Carteira de Identidade \_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_ DECLARA Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(representante legal, assinatura)



**ANEXO XIII - TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020**

**DECLARAÇÃO ATENDIMENTO LEGISLAÇÃO CONAMA**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador(a) Carteira de Identidade \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA que em sua contratação irá promover e cumprir a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002 (alterada pela Resolução 448/2012). E, ainda, que irá observar, prevenir e fazer cumprir os artigos 46, 49 e 60 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(representante legal, assinatura)





*Construindo uma nova história*

**COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL**

**REF: TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020**

**NOME:** \_\_\_\_\_  
**CNPJ/CPF:** \_\_\_\_\_  
**FONE:** \_\_\_\_\_ **email** \_\_\_\_\_  
**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_  
**CIDADE:** \_\_\_\_\_ **ESTADO:** \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO:**

DECLARAMOS HAVER RETIRADO O EDITAL REFERENTE AO PROCESSO ACIMA CITADO, BEM COMO TODOS OS ELEMENTOS NECESSARIOS A PARTICIPAÇÃO NESTA LICITAÇÃO, E QUE TOMAMOS CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E EXIGENCIAS DA MESMA.

RECEBIDO EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo  
Representante Legal da Empresa